Informações Financeiras Intermediárias

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Em 30 de setembro de 2026 e relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias

PETROBRAS

BALANÇO PATRIMONIAL ... 3
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ... 4
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES ... 5
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ... 6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ... 7
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO ... 8
NOTAS EXPLICATIVAS ... 9
1. Base de apresentação ... 9
2. Práticas contábeis materiais ... 9
3. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras ... 9
4. Receita de vendas ... 10
5. Custos e despesas por natureza ... 11
6. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas ... 12
7. Resultado financeiro líquido ... 12
8. Informações por segmento ... 13
9. Contas a receber ... 17
10. Estoques ... 18
11. Pagamentos antecipados ... 19
12. Fornecedores ... 19
13. Tributos ... 19
14. Benefícios a empregados ... 24
15. Processos judiciais e contingências ... 28
16. Provisão para desmantelamento de áreas ... 33
17. Outros ativos e passivos ... 34
18. Imobilizado ... 34
19. Intangível ... 37
20. Redução ao valor recuperável dos ativos (*Impairment*) ... 37
21. Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás ... 38
22. Investimentos ... 39
23. Vendas de ativos e outras operações com ativos ... 40
24. Financiamentos ... 43
25. Arrendamentos ... 46
26. Patrimônio líquido ... 47
27. Gerenciamento de riscos financeiros ... 50
28. Partes relacionadas ... 57
29. Informações complementares à demonstração dos fluxos de caixa ... 61
30. Eventos subsequentes ... 62
31. Correlação entre as notas explicativas de 31 de dezembro de 2025 e 30 de setembro de 2026 ... 63
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS E RELATÓRIOS SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS ... 64
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR ... 65

BALANÇO PATRIMONIAL
PETROBRAS
Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025 (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

		Consolidado		Controladora	
Ativo	**Notas**	**30.09.2026**	**31.12.2025**	**30.09.2026**	**31.12.2025**
Caixa e equivalentes de caixa	3	35.569	35.608	1.422	2.316
Aplicações financeiras	3	27.067	15.000	21.828	14.775
Contas a receber, líquidas	9	41.052	25.461	92.437	88.627
Estoques	10	56.279	45.173	46.700	38.682
Tributos sobre o lucro	13	4.012	3.621	3.813	3.408
Impostos e contribuições	13	7.620	7.526	7.077	7.013
Pagamentos antecipados	11	3.751	2.573	2.433	1.848
Outros ativos	17	6.269	4.928	4.676	4.844
		181.619	139.890	180.386	161.513
Ativos classificados como mantidos para venda	23	142	136	589	872
Ativo circulante		**181.761**	**140.026**	**180.975**	**162.385**
Contas a receber, líquidas	9	2.681	4.683	2.579	4.343
Depósitos judiciais	15	87.715	81.510	87.278	81.033
Tributos sobre o lucro	13	943	2.008	858	1.931
Tributos diferidos sobre o lucro	13	8.746	5.586	–	–
Impostos e contribuições	13	25.517	22.982	25.091	22.639
Pagamentos antecipados	11	25.623	23.317	26.938	24.366
Outros ativos	17	2.658	1.744	2.354	1.586
Ativo realizável a longo prazo		153.883	141.830	145.098	135.898
Investimentos	22	3.749	3.024	343.268	346.724
Imobilizado	18	972.775	924.624	984.996	933.998
Intangível	19	14.299	13.885	13.904	13.561
Ativo não circulante		**1.144.706**	**1.083.363**	**1.487.266**	**1.430.181**
Total do ativo		**1.326.467**	**1.223.389**	**1.668.241**	**1.592.566**

		Consolidado		Controladora	
Passivo	**Notas**	**30.09.2026**	**31.12.2025**	**30.09.2026**	**31.12.2025**
Fornecedores	12	37.716	40.948	38.210	42.071
Financiamentos	24	6.861	12.027	183.971	160.408
Arrendamentos	25	51.999	55.226	53.945	56.090
Tributos sobre o lucro	13	10.822	7.110	7.590	4.292
Impostos, contribuições e participações governamentais	13	27.824	20.966	28.161	20.690
Dividendos propostos	26	15.935	11.530	15.935	11.415
Provisão para desmantelamento de áreas	16	13.895	16.233	13.826	16.127
Benefícios a empregados	14	19.329	20.937	18.029	19.500
Outros passivos	17	17.420	12.825	16.179	11.276
		201.801	197.802	375.846	341.869
Passivos associados a ativos mantidos para venda	23	586	566	586	566
Passivo circulante		**202.387**	**198.368**	**376.432**	**342.435**
Financiamentos	24	125.967	133.462	286.875	355.050
Arrendamentos	25	177.678	183.310	184.911	187.032
Tributos sobre o lucro	13	3.054	3.168	3.035	3.144
Tributos diferidos sobre o lucro	13	54.763	34.965	58.991	39.684
Benefícios a empregados	14	88.418	84.553	86.583	82.946
Provisão para processos judiciais e administrativos	15	21.553	17.881	20.324	17.165
Provisão para desmantelamento de áreas	16	137.934	140.656	137.545	140.182
Outros passivos	17	9.082	9.439	8.847	9.142
Passivo não circulante		**618.449**	**607.434**	**787.111**	**834.345**
Passivo circulante e não circulante		**820.836**	**805.802**	**1.163.543**	**1.176.780**
Capital subscrito e integralizado	26	205.432	205.432	205.432	205.432
Reserva de capital, transações de capital e ações em tesouraria		3.107	3.106	3.323	3.322
Reservas de lucros	26	150.206	158.278	149.990	158.062
Lucros acumulados		98.681	–	98.681	–
Outros resultados abrangentes	26	47.272	48.970	47.272	48.970
Atribuído aos acionistas da controladora		504.698	415.786	504.698	415.786
Atribuído aos acionistas não controladores		933	1.801	–	–
Patrimônio líquido		**505.631**	**417.587**	**504.698**	**415.786**
Total do passivo		**1.326.467**	**1.223.389**	**1.668.241**	**1.592.566**

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

PETROBRAS

Períodos findos em 30 de setembro (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

		Consolidado				Controladora			
		2026		2025		2026		2025	
	Notas	Jul-Set	Jan-Set	Jul-Set	Jan-Set	Jul-Set	Jan-Set	Jul-Set	Jan-Set
Receita de vendas	4	169.353	462.569	127.906	370.178	170.545	452.815	124.526	362.350
Custo dos produtos e serviços vendidos	5	(78.461)	(213.775)	(66.789)	(191.673)	(79.840)	(215.144)	(66.962)	(192.312)
Lucro bruto		90.892	248.794	61.117	178.505	90.705	237.671	57.564	170.038
Despesas									
Vendas	5	(9.231)	(26.006)	(7.405)	(21.064)	(7.786)	(22.256)	(7.647)	(22.111)
Gerais e administrativas	5	(2.638)	(7.966)	(2.729)	(7.948)	(2.198)	(6.646)	(2.319)	(6.780)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	21	(1.065)	(2.303)	(1.343)	(4.204)	(965)	(2.065)	(1.181)	(3.951)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico		(1.574)	(4.384)	(1.268)	(3.542)	(1.573)	(4.383)	(1.268)	(3.542)
Tributárias		(3.860)	(12.321)	(811)	(2.255)	(4.876)	(12.091)	(413)	(1.150)
Reversão, líquida, no valor de recuperação de ativos - *Impairment*	20	–	1.022	1.539	193	–	1.022	1.760	393
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	6	(13.385)	(24.648)	(5.649)	(23.475)	(12.489)	(21.272)	(5.850)	(22.400)
		(31.753)	(76.606)	(17.666)	(62.295)	(29.887)	(67.691)	(16.918)	(59.541)
Lucro antes do resultado financeiro, participações e tributos sobre o lucro		59.139	172.188	43.451	116.210	60.818	169.980	40.646	110.497
Resultado financeiro líquido	7	(3.079)	3.261	1.316	17.483	(8.821)	(13.055)	(3.672)	4.009
Receitas financeiras		2.307	5.994	2.254	5.946	3.564	9.411	3.303	9.736
Despesas financeiras		(5.735)	(16.212)	(6.095)	(17.869)	(12.736)	(36.129)	(12.160)	(36.675)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		349	13.479	5.157	29.406	351	13.663	5.185	30.948
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	22	350	927	184	933	3.530	17.013	7.806	17.921
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		56.410	176.376	44.951	134.626	55.527	173.938	44.780	132.427
Tributos sobre o lucro	13	(16.627)	(51.337)	(12.104)	(39.674)	(15.777)	(49.080)	(12.075)	(37.861)
Lucro líquido do período		**39.783**	**125.039**	**32.847**	**94.952**	**39.750**	**124.858**	**32.705**	**94.566**
Atribuível aos:									
Acionistas da Petrobras		39.750	124.858	32.705	94.566	39.750	124.858	32.705	94.566
Acionistas não controladores		33	181	142	386	–	–	–	–
Lucro líquido do período		**39.783**	**125.039**	**32.847**	**94.952**	**39.750**	**124.858**	**32.705**	**94.566**
Lucro básico e diluído por ação ON e PN (em R$)	26	3,09	9,69	2,54	7,34	3,09	9,69	2,54	7,34

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

PETROBRAS

Períodos findos em 30 de setembro (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

		Consolidado				Controladora			
		2026		2025		2026		2025	
	Notas	Jul-Set	Jan-Set	Jul-Set	Jan-Set	Jul-Set	Jan-Set	Jul-Set	Jan-Set
Lucro líquido do período		39.783	125.039	32.847	94.952	39.750	124.858	32.705	94.566
Itens que não serão reclassificados para o resultado:									
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	14	–	–	–	4	–	–	–	–
		–	–	–	4	–	–	–	–
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em investidas		–	–	–	–	–	–	–	4
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:									
Resultados não realizados com *hedge* de fluxo de caixa - exportações									
Reconhecidos no patrimônio líquido		(183)	22.818	9.556	57.796	(183)	22.818	9.556	57.796
Transferidos para o resultado		1.716	5.374	2.391	9.443	1.717	5.363	2.462	9.563
Tributos diferidos sobre o lucro		(521)	(9.585)	(4.062)	(22.861)	(522)	(9.582)	(4.086)	(22.902)
	27	1.012	18.607	7.885	44.378	1.012	18.599	7.932	44.457
Ajustes de conversão em investidas [1]									
Reconhecidos no patrimônio líquido		349	(20.321)	(8.951)	(54.850)	350	(20.320)	(8.950)	(54.846)
		349	(20.321)	(8.951)	(54.850)	350	(20.320)	(8.950)	(54.846)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em investidas									
Reconhecidos no patrimônio líquido	22	–	15	382	1.729	–	23	335	1.650
		–	15	382	1.729	–	23	335	1.650
Outros resultados abrangentes		1.361	(1.699)	(684)	(8.739)	1.362	(1.698)	(683)	(8.735)
Resultado abrangente total		**41.144**	**123.340**	**32.163**	**86.213**	**41.112**	**123.160**	**32.022**	**85.831**
Resultado abrangente atribuível aos:									
Acionistas da Petrobras		41.112	123.160	32.022	85.831	41.112	123.160	32.022	85.831
Acionistas não controladores		32	180	141	382	–	–	–	–
Resultado abrangente total		**41.144**	**123.340**	**32.163**	**86.213**	**41.112**	**123.160**	**32.022**	**85.831**

(1) No Consolidado, inclui efeito devedor de R$ 194 (efeito de R$ 1.953, em 30 de setembro de 2025), referente a coligadas e empreendimentos controlados em conjunto.

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PETROBRAS

Períodos findos em 30 de setembro (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

		Consolidado		Controladora	
	Notas	30.09.2026	30.09.2025	30.09.2026	30.09.2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do período		125.039	94.952	124.858	94.566
Ajustes para:					
Resultado atuarial de planos de pensão e saúde	14	8.508	7.309	8.280	7.103
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	22	(927)	(933)	(17.013)	(17.921)
Depreciação, depleção e amortização	29	66.145	62.317	68.147	64.550
Reversão, líquida, no valor de recuperação de ativos - *Impairment*	20	(1.022)	(193)	(1.022)	(393)
Ajuste a valor realizável líquido	10	241	19	–	–
Perdas, líquidas, de crédito esperadas		108	214	92	198
Baixa de poços	21	113	1.294	45	1.294
Resultado com alienações e baixa de ativos	6	3.058	(459)	3.314	(416)
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros não realizados		(6.233)	(20.837)	8.549	(9.232)
Tributos sobre o lucro	13	51.337	39.674	49.080	37.861
Revisão e atualização financeira de desmantelamento de áreas		5.351	5.730	5.338	5.713
Resultado com acordo de coparticipação em áreas licitadas	6	(1.061)	(621)	(1.061)	(621)
Encerramento antecipado e alterações em pagamentos de contratos de arrendamento	6	(2.508)	(2.492)	(2.503)	(2.502)
Perdas com processos judiciais, administrativos e arbitrais	6	6.664	3.383	6.000	3.617
Equalização de gastos - AIP	18	161	4.046	162	4.046
Redução (aumento) de ativos					
Contas a receber		(19.820)	(2.654)	(142.335)	(50.451)
Estoques		(12.372)	(6.565)	(8.091)	(3.202)
Depósitos judiciais		(1.087)	(3.135)	(1.114)	(3.079)
Outros ativos		(1.591)	428	761	1.636
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores		(3.151)	(998)	(3.990)	(432)
Impostos, contribuições e participações governamentais		(1.942)	(4.337)	(92)	(3.196)
Planos de pensão e de saúde		(4.786)	(4.403)	(4.756)	(4.375)
Provisão para processos judiciais e administrativos		(2.694)	(3.903)	(2.577)	(3.822)
Outros benefícios a empregados		(1.518)	2.988	(1.415)	2.900
Provisão para desmantelamento de áreas		(5.994)	(3.955)	(5.893)	(3.936)
Outros passivos		2.459	(545)	2.645	(633)
Tributos sobre o lucro pagos		(34.905)	(20.907)	(33.412)	(19.741)
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais		167.573	145.417	51.997	99.532
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis		(74.523)	(73.096)	(72.949)	(70.999)
Adições em investimentos		(353)	(21)	(772)	(1.022)
Recebimentos pela venda de ativos - Desinvestimentos		2.225	3.233	2.225	3.233
Compensação financeira por Acordos de Coparticipação		1.645	2.140	1.645	2.140
Resgates (investimentos) em aplicações financeiras [1] [2]		(10.434)	16.425	5.065	33.084
Dividendos recebidos [2]		357	582	802	1.336
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos		(81.083)	(50.737)	(63.984)	(32.228)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Participação de acionistas não controladores		(1.045)	251	–	–
Financiamentos e operações de mútuo, líquidos:					
Captações	24	15.988	29.602	149.691	83.582
Amortizações de principal - financiamentos	24	(23.710)	(10.862)	(49.691)	(56.958)
Amortizações de juros - financiamentos [2]	24	(8.541)	(7.896)	(19.592)	(19.367)
Amortizações de arrendamentos	25	(40.560)	(38.268)	(41.960)	(39.603)
Dividendos pagos a acionistas da Petrobras [2]	26	(27.355)	(37.127)	(27.355)	(37.127)
Dividendos pagos a acionistas não controladores [2]		(117)	(232)	–	–
Recursos líquidos gerados (utilizados) nas atividades de financiamentos		(85.340)	(64.532)	11.093	(69.473)
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		(1.189)	(2.727)	–	–
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no período		(39)	27.421	(894)	(2.169)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		35.608	20.254	2.316	3.134
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		**35.569**	**47.675**	**1.422**	**965**

(1) Na Controladora, inclui valores referentes às movimentações da aplicação em recebíveis do FIDC-NP.

(2) A companhia classifica: (i) dividendos recebidos de investidas e juros recebidos de aplicações financeiras como fluxo de caixa das atividades de investimentos; e (ii) juros pagos de financiamentos e dividendos pagos a acionistas como fluxo de caixa das atividades de financiamentos.

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PETROBRAS

Períodos findos em 30 de setembro (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	Capital subscrito e integralizado	Reserva de capital, transações de capital e ações em tesouraria	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2025		**205.432**	**(2.241)**	**94.977**	**67.838**	**-**	**366.006**	**1.508**	**367.514**
Cancelamento de ações em tesouraria	26.2	-	5.563	(5.563)	-	-	-	-	-
Transações de capital		-	-	-	-	-	-	252	252
Lucro líquido do período		-	-	-	-	94.566	94.566	386	94.952
Outros resultados abrangentes		-	-	-	(8.735)	-	(8.735)	(4)	(8.739)
Dividendos adicionais aprovados na AGO de 2025	26.4	-	-	(9.145)	-	-	(9.145)	-	(9.145)
Dividendos prescritos	26.4	-	-	-	-	741	741	-	741
Dividendos	26.4	-	-	-	-	(20.499)	(20.499)	(115)	(20.614)
Saldos em 30 de setembro de 2025		**205.432**	**3.322**	**80.269**	**59.103**	**74.808**	**422.934**	**2.027**	**424.961**
Saldo em 1º de janeiro de 2026		**205.432**	**3.322**	**158.062**	**48.970**	**-**	**415.786**	**1.801**	**417.587**
Transações de capital		-	1	-	-	-	1	(1.045)	(1.044)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	124.858	124.858	181	125.039
Outros resultados abrangentes		-	-	-	(1.698)	-	(1.698)	(1)	(1.699)
Dividendos adicionais aprovados na AGO de 2026	26.4	-	-	(8.072)	-	-	(8.072)	-	(8.072)
Dividendos prescritos	26.4	-	-	-	-	319	319	-	319
Dividendos	26.4	-	-	-	-	(26.496)	(26.496)	(3)	(26.499)
Saldos em 30 de setembro de 2026		**205.432**	**3.323**	**149.990**	**47.272**	**98.681**	**504.698**	**933**	**505.631**

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

PETROBRAS

Períodos findos em 30 de setembro (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	30.09.2026	30.09.2025	30.09.2026	30.09.2025
Receitas				
Vendas de produtos e serviços e outras receitas	588.436	487.626	576.521	477.562
Perdas, líquidas, de crédito esperadas	(108)	(214)	(92)	(198)
Receitas relativas à construção de ativos para uso	66.566	67.845	65.921	66.516
	654.894	555.257	642.350	543.880
Insumos adquiridos de terceiros				
Matérias-primas e produtos para revenda	(76.073)	(71.806)	(66.975)	(63.252)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(103.713)	(102.640)	(107.161)	(110.310)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	(37.391)	(34.035)	(38.906)	(35.301)
Reversão, líquida, no valor de recuperação de ativos - *Impairment*	1.022	193	1.022	393
	(216.155)	(208.288)	(212.020)	(208.470)
Valor adicionado bruto	**438.739**	**346.969**	**430.330**	**335.410**
Depreciação, depleção e amortização	(66.145)	(62.317)	(68.147)	(64.550)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	**372.594**	**284.652**	**362.183**	**270.860**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	927	933	17.013	17.921
Receitas financeiras	5.994	5.946	9.411	9.736
Aluguéis, royalties e outros	4.099	3.408	6.105	5.348
	11.020	10.287	32.529	33.005
Valor adicionado total a distribuir	**383.614**	**294.939**	**394.712**	**303.865**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e administradores				
Remuneração direta				
Salários	17.646	15.887	15.648	14.118
Programas de remuneração variável	6.179	5.614	5.552	5.092
	23.825	21.501	21.200	19.210
Benefícios				
Vantagens	490	2.145	221	1.969
Plano de aposentadoria e pensão	3.333	3.297	3.219	3.184
Plano de saúde	6.886	5.516	6.576	5.233
	10.709	10.958	10.016	10.386
FGTS	1.137	1.026	1.033	933
	35.671	33.485	32.249	30.529
Tributos e participações governamentais				
Federais [1]	149.291	115.282	149.840	113.058
Estaduais	50.504	47.568	49.915	47.089
Municipais	525	586	158	252
No exterior	4.374	1.992	–	–
	204.694	165.428	199.913	160.399
Instituições financeiras e fornecedores				
Juros, variações cambiais e monetárias	12.667	(3.390)	32.399	13.873
Despesas de aluguéis e arrendamentos	5.543	4.464	5.293	4.498
	18.210	1.074	37.692	18.371
Acionistas				
Dividendos	6.078	6.580	6.078	6.580
Juros sobre capital próprio	20.418	13.919	20.418	13.919
Resultado dos acionistas não controladores	181	386	–	–
Lucros retidos	98.362	74.067	98.362	74.067
	125.039	94.952	124.858	94.566
Valor adicionado total distribuído	**383.614**	**294.939**	**394.712**	**303.865**

(1) Inclui valores referentes a tributos diferidos sobre o lucro, conforme nota explicativa 13.1.

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

1. Base de apresentação

Essas informações financeiras intermediárias são apresentadas com as alterações relevantes ocorridas no período, sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, e consideram as informações consolidadas, que no entendimento da administração proporcionam uma visão abrangente da posição patrimonial e financeira da companhia e do desempenho de suas operações, complementadas por algumas informações individuais da controladora. Portanto, tais informações contábeis devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, que contemplam o conjunto completo de notas explicativas.

As informações financeiras intermediárias consolidadas e individuais da companhia foram preparadas e estão apresentadas conforme o Pronunciamento Técnico - CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê dos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e correlato à IAS 34 - *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da companhia.

O Conselho de Administração da companhia, em reunião realizada em 10 de novembro de 2026, autorizou a divulgação destas informações financeiras intermediárias.

1.1. Adoção de novas normas e revisões

A aplicação inicial das normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2026, conforme divulgado na nota explicativa 6.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, não causou impacto material nas informações financeiras intermediárias consolidadas e individuais de 30 de setembro de 2026.

2. Práticas contábeis materiais

As práticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas informações trimestrais intermediárias são os mesmos adotados na preparação das demonstrações financeiras anuais da companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras com alta liquidez, os quais atendem à definição de equivalentes de caixa.

	Consolidado	
	30.09.2026	31.12.2025
Caixa e bancos	1.625	1.223
Aplicações financeiras equivalentes de caixa		
- No País		
Fundos de investimentos DI e operações compromissadas	4.239	6.484
Certificados de depósitos bancários - CDB	328	396
Outros fundos de investimentos	785	763
	5.352	7.643
- No exterior		
Time deposits	15.371	18.242
Auto Invest e contas remuneradas	12.949	8.242
Outras aplicações financeiras	272	258
	28.592	26.742
Total das aplicações financeiras equivalentes de caixa	**33.944**	**34.385**
Total	**35.569**	**35.608**

As aplicações financeiras equivalentes de caixa possuem prazos de vencimento de até três meses, contados a partir da data de aquisição. No país, essas aplicações ocorrem em operações compromissadas e em fundos de investimentos, que direcionam seus recursos para títulos públicos federais brasileiros e operações lastreadas em títulos públicos. As aplicações, no país, também contam com os certificados de depósitos bancários (CDB) pós-fixados com liquidez diária. As aplicações no exterior são compostas por *time deposits* e por outras aplicações em contas remuneradas com liquidez diária.

3.2. Aplicações financeiras

	Consolidado	
	30.09.2026	31.12.2025
Valor justo por meio do resultado	1.486	1.125
Custo amortizado	25.754	13.889
Total	**27.240**	**15.014**
Circulante	27.067	15.000
Não circulante [1]	173	14

(1) Os valores de aplicações financeiras no ativo não circulante estão classificados em "Outros ativos".

As aplicações financeiras possuem prazos de vencimento superiores a três meses. Os investimentos mensurados a valor justo por meio do resultado correspondem, preponderantemente, a investimentos em títulos públicos federais brasileiros (nível 1 da hierarquia de valor justo). As operações mensuradas ao custo amortizado contemplam, principalmente, aplicações no país em certificados de depósitos bancários (CDB) pós-fixados com liquidez diária, com prazos iniciais entre um e dois anos, além de aplicações no exterior em *time deposits* e títulos públicos governamentais.

O aumento de R$ 12.226 deve-se principalmente a aplicações (líquidas de resgates) em CDB, no valor de R$ 5.299, e *time deposits*, no montante de R$ 5.204.

4. Receita de vendas

	Consolidado			
	2026		2025	
	Jul-Set	Jan-Set	Jul-Set	Jan-Set
Receita bruta de vendas	209.878	574.436	165.526	476.972
Encargos de vendas [1]	(40.525)	(111.867)	(37.620)	(106.794)
Receita de vendas	**169.353**	**462.569**	**127.906**	**370.178**
Diesel	41.175	114.870	38.762	112.132
Subvenções para comercialização de combustíveis - Óleo diesel de uso rodoviário	13.865	24.274	–	–
Gasolina	16.005	46.587	16.803	51.558
Gás liquefeito de petróleo (GLP)	4.724	13.847	5.128	14.414
Subvenções para comercialização de combustíveis - Gasolina e GLP	1.769	2.669	–	–
Querosene de aviação (QAV)	9.119	24.866	6.060	18.344
Nafta	2.936	9.370	2.398	7.202
Óleo combustível (incluindo *bunker)*	957	2.888	741	2.458
Outros derivados de petróleo	6.458	17.040	5.112	16.046
Subtotal de derivados de petróleo	**97.008**	**256.411**	**75.004**	**222.154**
Gás natural	4.714	13.347	5.554	16.230
Petróleo	5.840	17.579	5.661	19.933
Renováveis e nitrogenados	920	2.127	421	966
Receitas de direitos não exercidos (*breakage)*	195	601	191	783
Energia elétrica	1.549	4.651	1.297	2.942
Serviços, agenciamentos e outros	1.260	3.780	1.030	3.029
Mercado interno	**111.486**	**298.496**	**89.158**	**266.037**
Exportações	56.529	160.300	37.614	101.173
Petróleo	43.049	125.388	29.453	76.969
Óleo combustível (incluindo *bunker*)	10.180	27.749	6.512	19.608
Outros derivados de petróleo e outros produtos	3.300	7.163	1.649	4.596
Vendas no exterior [2]	1.338	3.773	1.134	2.968
Mercado externo	**57.867**	**164.073**	**38.748**	**104.141**
Receitas de vendas	**169.353**	**462.569**	**127.906**	**370.178**

(1) Inclui, principalmente, CIDE, PIS, COFINS e ICMS.
(2) Receita proveniente de vendas realizadas no exterior, incluindo trading e excluídas exportações.

PÚBLICA

No período de janeiro a setembro de 2026, a companhia reconheceu receita bruta referente a subvenção para comercialização de diesel, gasolina e GLP no montante de R$ 29.689, sendo R$ 26.943 líquidos de encargos de vendas, conforme nota explicativa 28.5.1.

A composição da receita de vendas pelo destino de embarque está assim apresentada:

	Consolidado			
	2026		2025	
	Jul-Set	Jan-Set	Jul-Set	Jan-Set
Brasil	111.486	298.496	89.158	266.037
Mercado interno	**111.486**	**298.496**	**89.158**	**266.037**
China	11.175	55.698	17.935	35.619
Américas (exceto Estados Unidos da América)	7.074	19.199	5.876	14.234
Europa	10.277	21.131	4.546	16.189
Ásia (exceto China e Singapura)	9.154	30.572	2.858	16.227
Estados Unidos da América	5.280	8.937	4.353	9.987
Singapura	13.034	24.807	2.986	10.440
Outros	1.873	3.729	194	1.445
Mercado externo	**57.867**	**164.073**	**38.748**	**104.141**
Receitas de vendas	**169.353**	**462.569**	**127.906**	**370.178**

No período de janeiro a setembro de 2026, a receita de um cliente do segmento de Refino, Transporte e Comercialização (RTC) representa, individualmente, 12% da receita da companhia. No período de janeiro a setembro de 2025, a receita de dois clientes do segmento RTC representava, individualmente, 14% e 10% da receita da companhia.

5. Custos e despesas por natureza

5.1. Custo dos produtos e serviços vendidos

	Consolidado			
	2026		2025	
	Jul-Set	Jan-Set	Jul-Set	Jan-Set
Matérias-primas, produtos para revenda, materiais e serviços contratados [1]	**(41.640)**	**(98.072)**	**(32.097)**	**(91.590)**
Compras e importações	(29.944)	(66.255)	(21.778)	(62.770)
Petróleo	(14.509)	(38.768)	(11.137)	(33.475)
Derivados	(14.598)	(24.452)	(9.312)	(25.228)
Gás natural	(837)	(3.035)	(1.329)	(4.067)
Serviços e outros	(11.696)	(31.817)	(10.319)	(28.820)
Depreciação, depleção e amortização	**(18.293)**	**(53.810)**	**(17.958)**	**(49.673)**
Participação governamental	**(21.166)**	**(62.544)**	**(15.197)**	**(46.081)**
Gastos com pessoal	**(2.893)**	**(8.234)**	**(2.559)**	**(7.331)**
Variação dos estoques	**5.531**	**8.885**	**1.022**	**3.002**
Total	**(78.461)**	**(213.775)**	**(66.789)**	**(191.673)**

(1) Inclui arrendamentos de curto prazo (12 meses ou inferior).

5.2. Despesas de vendas

	Consolidado			
	2026		2025	
	Jul-Set	Jan-Set	Jul-Set	Jan-Set
Materiais, serviços, fretes, aluguéis e outros	(7.921)	(22.089)	(6.008)	(17.315)
Depreciação, depleção e amortização	(1.053)	(3.231)	(1.127)	(3.076)
Perdas de créditos esperadas	(48)	(82)	(89)	(142)
Gastos com pessoal	(209)	(604)	(181)	(531)
Total	**(9.231)**	**(26.006)**	**(7.405)**	**(21.064)**

PÚBLICA

5.3. Despesas gerais e administrativas

	Consolidado			
	2026		2025	
	Jul-Set	Jan-Set	Jul-Set	Jan-Set
Gastos com pessoal	(1.691)	(4.935)	(1.610)	(4.656)
Materiais, serviços, aluguéis e outros	(647)	(2.081)	(845)	(2.528)
Depreciação, depleção e amortização	(300)	(950)	(274)	(764)
Total	**(2.638)**	**(7.966)**	**(2.729)**	**(7.948)**

6. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	Consolidado			
	2026		2025	
	Jul-Set	Jan-Set	Jul-Set	Jan-Set
Paradas para manutenção de ativos e gastos pré-operacionais	(3.090)	(9.691)	(3.756)	(11.202)
Perdas com processos judiciais, administrativos e arbitrais (1)	(4.205)	(6.664)	(1.509)	(3.383)
Programas de remuneração variável (2)	(2.443)	(6.155)	(2.194)	(5.607)
Planos de pensão e saúde (inativos) (3)	(2.030)	(6.081)	(1.839)	(5.513)
Resultado com alienações e baixa de ativos (4)	(3.655)	(3.058)	57	459
Resultado com derivativos de commodities	(523)	(1.250)	15	74
Relações institucionais e projetos culturais	(473)	(1.234)	(499)	(1.058)
Despesas operacionais com termelétricas	(164)	(677)	(290)	(933)
Acordo coletivo de trabalho	(5)	(167)	(6)	(1.220)
Equalização de gastos - AIP	(55)	(162)	(174)	(4.046)
Multas aplicadas a fornecedores	314	987	455	1.144
Resultado com acordo de coparticipação em áreas licitadas	–	1.061	331	621
Subvenções e assistências governamentais	507	1.334	300	663
Resultado de atividades não fim	631	1.991	637	1.921
Encerramento antecipado e alterações em pagamentos de contratos de arrendamento	1.014	2.508	787	2.492
Resultados com operações em parcerias de E&P	829	2.779	801	1.192
Outros	(37)	(169)	1.235	921
Total	**(13.385)**	**(24.648)**	**(5.649)**	**(23.475)**

(1) Para mais informações, vide nota explicativa 15.1 - Provisão para processos judiciais e administrativos.
(2) Composto por Participação nos lucros ou resultados (PLR) e Programa de prêmio por desempenho (PRD), conforme nota explicativa 14.1.
(3) Para mais informações, vide nota explicativa 14.2 - Benefícios pós-emprego.
(4) Para mais informações, vide nota explicativa 23 - Vendas de ativos e outras operações com ativos.

7. Resultado financeiro líquido

	Consolidado			
	2026	2026	2025	2025
	Jul-Set	Jan-Set	Jul-Set	Jan-Set
Receitas financeiras	**2.307**	**5.994**	**2.254**	**5.946**
Receitas com aplicações financeiras e títulos públicos	1.732	4.245	1.723	4.304
Outros	575	1.749	531	1.642
Despesas financeiras	**(5.735)**	**(16.212)**	**(6.095)**	**(17.869)**
Despesas com financiamentos	(2.800)	(8.651)	(3.222)	(8.870)
Despesas com arrendamentos	(3.735)	(11.011)	(3.693)	(11.025)
Encargos financeiros capitalizados	2.990	9.936	2.885	8.151
Atualização financeira da provisão de desmantelamento	(1.753)	(5.312)	(1.828)	(5.550)
Outros	(437)	(1.174)	(237)	(575)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	**349**	**13.479**	**5.157**	**29.406**
Variações cambiais (1)	47	14.361	5.661	35.135
Real x dólar	116	14.237	5.636	35.962
Outras moedas	(69)	124	25	(827)
Reclassificação do *hedge accounting* (1)	(1.716)	(5.374)	(2.391)	(9.443)
Atualização monetária de dividendos antecipados e dividendos a pagar	84	(696)	120	(756)
Atualização monetária de tributos a recuperar	347	850	214	1.123
Outros	1.587	4.338	1.553	3.347
Total	**(3.079)**	**3.261**	**1.316**	**17.483**

(1) Para mais informações, vide notas explicativas 27.3.1.a e 27.3.1.c.

8. Informações por segmento

8.1. Informações por segmento - Resultado

Demonstração consolidada do resultado por segmento de negócio - Jul-Set/2026

	E&P	RTC	G&EBC	Corporativo e outros negócios	Eliminação	Total
Receita de vendas	97.888	162.399	13.126	578	(104.638)	169.353
Intersegmentos	97.543	1.747	5.342	6	(104.638)	–
Terceiros	345	160.652	7.784	572	–	169.353
Custo dos produtos e serviços vendidos	(45.883)	(123.235)	(7.088)	(528)	98.273	(78.461)
Lucro bruto	52.005	39.164	6.038	50	(6.365)	90.892
Despesas	(4.949)	(12.700)	(7.816)	(6.288)	–	(31.753)
Vendas	(4)	(5.468)	(3.694)	(65)	–	(9.231)
Gerais e administrativas	(103)	(617)	(210)	(1.708)	–	(2.638)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	(1.065)	–	–	–	–	(1.065)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(1.262)	(14)	(20)	(278)	–	(1.574)
Tributárias	(47)	(4.558)	(15)	760	–	(3.860)
Reversão (perda), líquida, no valor de recuperação de ativos - *Impairment*	–	–	–	–	–	–
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(2.468)	(2.043)	(3.877)	(4.997)	–	(13.385)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e tributos sobre o lucro	47.056	26.464	(1.778)	(6.238)	(6.365)	59.139
Resultado financeiro líquido	–	–	–	(3.079)	–	(3.079)
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	137	20	165	28	–	350
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	47.193	26.484	(1.613)	(9.289)	(6.365)	56.410
Tributos sobre o lucro	(16.000)	(9.003)	604	5.603	2.169	(16.627)
Lucro (prejuízo) líquido do período	**31.193**	**17.481**	**(1.009)**	**(3.686)**	**(4.196)**	**39.783**
Atribuível aos:						
Acionistas da Petrobras	31.195	17.481	(1.017)	(3.713)	(4.196)	39.750
Acionistas não controladores	(2)	–	8	27	–	33
Lucro (prejuízo) líquido do período	**31.193**	**17.481**	**(1.009)**	**(3.686)**	**(4.196)**	**39.783**

Demonstração consolidada do resultado por segmento de negócio - Jul-Set/2025

	E&P	RTC	G&EBC	Corporativo e outros negócios	Eliminação	Total
Receita de vendas	85.760	120.308	12.370	477	(91.009)	127.906
Intersegmentos	85.426	1.395	4.182	6	(91.009)	–
Terceiros	334	118.913	8.188	471	–	127.906
Custo dos produtos e serviços vendidos	(39.100)	(111.526)	(7.371)	(431)	91.639	(66.789)
Lucro bruto	46.660	8.782	4.999	46	630	61.117
Despesas	(4.139)	(4.126)	(4.720)	(4.681)	–	(17.666)
Vendas	(1)	(3.246)	(4.053)	(105)	–	(7.405)
Gerais e administrativas	(84)	(568)	(185)	(1.892)	–	(2.729)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	(1.343)	–	–	–	–	(1.343)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(992)	(13)	(20)	(243)	–	(1.268)
Tributárias	(50)	(60)	(10)	(691)	–	(811)
Reversão (perda), líquida, no valor de recuperação de ativos - *Impairment*	–	1.539	–	–	–	1.539
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(1.669)	(1.778)	(452)	(1.750)	–	(5.649)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e tributos sobre o lucro	42.521	4.656	279	(4.635)	630	43.451
Resultado financeiro líquido	–	–	–	1.316	–	1.316
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	91	95	3	(5)	–	184
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	42.612	4.751	282	(3.324)	630	44.951
Tributos sobre o lucro	(14.457)	(1.583)	(94)	4.244	(214)	(12.104)
Lucro líquido do período	**28.155**	**3.168**	**188**	**920**	**416**	**32.847**
Atribuível aos:						
Acionistas da Petrobras	28.158	3.168	127	836	416	32.705
Acionistas não controladores	(3)	–	61	84	–	142
Lucro líquido do período	**28.155**	**3.168**	**188**	**920**	**416**	**32.847**

PÚBLICA

Demonstração consolidada do resultado por segmento de negócio - Jan-Set/2026

	E&P	RTC	G&EBC	Corporativo e outros negócios	Eliminação	Total
Receita de vendas	296.875	442.770	36.866	1.538	(315.480)	462.569
Intersegmentos	295.912	5.523	14.015	30	(315.480)	–
Terceiros	963	437.247	22.851	1.508	–	462.569
Custo dos produtos e serviços vendidos	(135.848)	(353.726)	(20.139)	(1.398)	297.336	(213.775)
Lucro bruto	161.027	89.044	16.727	140	(18.144)	248.794
Despesas	(12.752)	(29.998)	(16.240)	(17.616)	–	(76.606)
Vendas	(9)	(14.831)	(11.034)	(132)	–	(26.006)
Gerais e administrativas	(305)	(1.815)	(587)	(5.259)	–	(7.966)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	(2.303)	–	–	–	–	(2.303)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(3.527)	(28)	(53)	(776)	–	(4.384)
Tributárias	(999)	(10.273)	(43)	(1.006)	–	(12.321)
Reversão (perda), líquida, no valor de recuperação de ativos - *Impairment*	(1.145)	2.164	–	3	–	1.022
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(4.464)	(5.215)	(4.523)	(10.446)	–	(24.648)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e tributos sobre o lucro	148.275	59.046	487	(17.476)	(18.144)	172.188
Resultado financeiro líquido	–	–	–	3.261	–	3.261
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	366	239	327	(5)	–	927
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	148.641	59.285	814	(14.220)	(18.144)	176.376
Tributos sobre o lucro	(50.414)	(20.076)	(166)	13.150	6.169	(51.337)
Lucro (prejuízo) líquido do período	**98.227**	**39.209**	**648**	**(1.070)**	**(11.975)**	**125.039**
Atribuível aos:						
Acionistas da Petrobras	98.234	39.209	570	(1.180)	(11.975)	124.858
Acionistas não controladores	(7)	–	78	110	–	181
Lucro (prejuízo) líquido do período	**98.227**	**39.209**	**648**	**(1.070)**	**(11.975)**	**125.039**

Demonstração consolidada do resultado por segmento de negócio - Jan-Set/2025

	E&P	RTC	G&EBC	Corporativo e outros negócios	Eliminação	Total
Receita de vendas	255.535	349.231	35.557	1.377	(271.522)	370.178
Intersegmentos	254.541	4.542	12.418	21	(271.522)	–
Terceiros	994	344.689	23.139	1.356	–	370.178
Custo dos produtos e serviços vendidos	(116.225)	(326.582)	(20.406)	(1.226)	272.766	(191.673)
Lucro bruto	139.310	22.649	15.151	151	1.244	178.505
Despesas	(18.959)	(13.338)	(14.435)	(15.563)	–	(62.295)
Vendas	(3)	(8.731)	(12.143)	(187)	–	(21.064)
Gerais e administrativas	(258)	(1.626)	(517)	(5.547)	–	(7.948)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	(4.204)	–	–	–	–	(4.204)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(2.779)	(30)	(38)	(695)	–	(3.542)
Tributárias	(112)	(212)	(49)	(1.882)	–	(2.255)
Reversão (perda), líquida, no valor de recuperação de ativos - *Impairment*	(1.091)	1.287	(3)	–	–	193
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(10.512)	(4.026)	(1.685)	(7.252)	–	(23.475)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e tributos sobre o lucro	120.351	9.311	716	(15.412)	1.244	116.210
Resultado financeiro líquido	–	–	–	17.483	–	17.483
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	406	378	186	(37)	–	933
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	120.757	9.689	902	2.034	1.244	134.626
Tributos sobre o lucro	(40.919)	(3.166)	(243)	5.077	(423)	(39.674)
Lucro líquido do período	**79.838**	**6.523**	**659**	**7.111**	**821**	**94.952**
Atribuível aos:						
Acionistas da Petrobras	79.848	6.523	501	6.873	821	94.566
Acionistas não controladores	(10)	–	158	238	–	386
Lucro líquido do período	**79.838**	**6.523**	**659**	**7.111**	**821**	**94.952**

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas por segmento de negócio - Jul-Set/2026

	E&P	RTC	G&EBC	Corporativo e outros negócios	Total
Paradas para manutenção de ativos e gastos pré-operacionais	(2.909)	(99)	(67)	(15)	(3.090)
Perdas com processos judiciais, administrativos e arbitrais	(740)	(949)	(21)	(2.495)	(4.205)
Programas de remuneração variável	(1.134)	(576)	(110)	(623)	(2.443)
Planos de pensão e saúde (inativos)	–	–	–	(2.030)	(2.030)
Resultado com alienações e baixa de ativos	(87)	54	(3.603)	(19)	(3.655)
Resultado com acordo de coparticipação em áreas licitadas	–	–	–	–	–
Resultado de atividades não fim	595	3	9	24	631
Encerramento antecipado e alterações em pagamentos de contratos de arrendamento	945	57	–	12	1.014
Resultados com operações em parcerias de E&P	829	–	–	–	829
Outras	33	(533)	(85)	149	(436)
Total	**(2.468)**	**(2.043)**	**(3.877)**	**(4.997)**	**(13.385)**

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas por segmento de negócio - Jul-Set/2025

	E&P	RTC	G&EBC	Corporativo e outros negócios	Total
Paradas para manutenção de ativos e gastos pré-operacionais	(3.533)	(91)	(99)	(33)	(3.756)
Perdas (ganho) com processos judiciais, administrativos e arbitrais	(373)	(1.226)	121	(31)	(1.509)
Programas de remuneração variável	(1.025)	(480)	(108)	(581)	(2.194)
Planos de pensão e saúde (inativos)	–	–	–	(1.839)	(1.839)
Resultado com alienações e baixa de ativos	248	(35)	(34)	(122)	57
Resultado com acordo de coparticipação em áreas licitadas	331	–	–	–	331
Resultado de atividades não fim	633	(17)	3	18	637
Encerramento antecipado e alterações em pagamentos de contratos de arrendamento	622	129	17	19	787
Resultados com operações em parcerias de E&P	801	–	–	–	801
Outras	627	(58)	(352)	819	1.036
Total	**(1.669)**	**(1.778)**	**(452)**	**(1.750)**	**(5.649)**

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas por segmento de negócio - Jan-Set/2026

	E&P	RTC	G&EBC	Corporativo e outros negócios	Total
Paradas para manutenção de ativos e gastos pré-operacionais	(8.870)	(582)	(190)	(49)	(9.691)
Perdas com processos judiciais, administrativos e arbitrais	(1.231)	(1.690)	(39)	(3.704)	(6.664)
Programas de remuneração variável	(2.728)	(1.595)	(277)	(1.555)	(6.155)
Planos de pensão e saúde (inativos)	–	–	–	(6.081)	(6.081)
Resultado com alienações e baixa de ativos	177	84	(3.573)	254	(3.058)
Resultado com acordo de coparticipação em áreas licitadas	1.061	–	–	–	1.061
Resultado de atividades não fim	1.877	18	15	81	1.991
Encerramento antecipado e alterações em pagamentos de contratos de arrendamento	2.425	84	(23)	22	2.508
Resultados com operações em parcerias de E&P	2.779	–	–	–	2.779
Outras	46	(1.534)	(436)	586	(1.338)
Total	**(4.464)**	**(5.215)**	**(4.523)**	**(10.446)**	**(24.648)**

PÚBLICA

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas por segmento de negócio - Jan-Set/2025

	E&P	RTC	G&EBC	Corporativo e outros negócios	Total
Paradas para manutenção de ativos e gastos pré-operacionais	(9.920)	(830)	(373)	(79)	(11.202)
Perdas com processos judiciais, administrativos e arbitrais	(990)	(1.613)	(44)	(736)	(3.383)
Programas de remuneração variável	(2.578)	(1.275)	(282)	(1.472)	(5.607)
Planos de pensão e saúde (inativos)	–	–	–	(5.513)	(5.513)
Resultado com alienações e baixa de ativos	332	(34)	60	101	459
Resultado com acordo de coparticipação em áreas licitadas	621	–	–	–	621
Resultado de atividades não fim	1.907	(48)	6	56	1.921
Encerramento antecipado e alterações em pagamentos de contratos de arrendamento	2.323	104	20	45	2.492
Resultados com operações em parcerias de E&P	1.192	–	–	–	1.192
Outras	(3.399)	(330)	(1.072)	346	(4.455)
Total	**(10.512)**	**(4.026)**	**(1.685)**	**(7.252)**	**(23.475)**

O montante de depreciação, depleção e amortização por segmento de negócio é o seguinte:

	E&P	RTC	G&EBC	Corporativo e outros negócios	Total
Jul-Set/2026	18.042	3.817	861	308	23.028
Jul-Set/2025	17.576	3.775	795	243	22.389

	E&P	RTC	G&EBC	Corporativo e outros negócios	Total
Jan-Set/2026	51.209	11.559	2.499	878	66.145
Jan-Set/2025	48.143	11.181	2.320	673	62.317

8.2. Informações por segmento - Ativo

Ativo consolidado por segmento de negócio - 30.09.2026

	E&P	RTC	G&EBC	Corporativo e outros negócios	Eliminação	Total
Circulante	17.452	76.720	2.785	119.957	(35.153)	181.761
Não circulante	888.795	132.407	28.845	94.659	–	1.144.706
Realizável a longo prazo	54.210	20.021	885	78.767	–	153.883
Investimentos	1.789	498	1.164	298	–	3.749
Imobilizado	822.333	111.050	26.309	13.083	–	972.775
Em operação	617.808	89.248	22.999	8.467	–	738.522
Em construção	204.525	21.802	3.310	4.616	–	234.253
Intangível	10.463	838	487	2.511	–	14.299
Ativo	**906.247**	**209.127**	**31.630**	**214.616**	**(35.153)**	**1.326.467**

Ativo consolidado por segmento de negócio - 31.12.2025

	E&P	RTC	G&EBC	Corporativo e outros negócios	Eliminação	Total
Circulante	13.340	52.714	1.960	91.448	(19.436)	140.026
Não circulante	843.470	122.760	29.247	87.886	–	1.083.363
Realizável a longo prazo	51.274	17.007	802	72.747	–	141.830
Investimentos	1.605	149	942	328	–	3.024
Imobilizado	780.341	104.836	27.057	12.390	–	924.624
Em operação	596.594	90.973	24.179	8.626	–	720.372
Em construção	183.747	13.863	2.878	3.764	–	204.252
Intangível	10.250	768	446	2.421	–	13.885
Ativo	**856.810**	**175.474**	**31.207**	**179.334**	**(19.436)**	**1.223.389**

PÚBLICA

9. Contas a receber

9.1. Contas a receber, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	30.09.2026	31.12.2025	30.09.2026	31.12.2025
Terceiros				
Recebíveis de contratos com clientes	26.900	25.534	14.627	15.722
Outras contas a receber				
Recebíveis por desinvestimento e cessão onerosa	4.025	6.231	4.025	6.231
Arrendamentos	958	1.242	–	–
Outros recebíveis	3.227	6.565	2.694	5.969
Subtotal - Terceiros	**35.110**	**39.572**	**21.346**	**27.922**
Partes relacionadas				
Recebíveis de contratos com clientes - Investidas	1.890	422	13.946	16.516
Subvenções para comercialização de combustíveis	16.415	–	16.415	–
Aplicações em direitos creditórios - FIDC-NP	–	–	49.497	54.686
Subtotal - Partes relacionadas (nota explicativa 28)	**18.305**	**422**	**79.858**	**71.202**
Total do contas a receber	**53.415**	**39.994**	**101.204**	**99.124**
Perdas de crédito esperadas (PCE) - Terceiros	(9.592)	(9.796)	(6.098)	(6.100)
Perdas de crédito esperadas (PCE) - Partes Relacionadas	(90)	(54)	(90)	(54)
Total do contas a receber, líquidas	**43.733**	**30.144**	**95.016**	**92.970**
Circulante	41.052	25.461	92.437	88.627
Não circulante	2.681	4.683	2.579	4.343

As contas a receber estão classificadas na categoria de custo amortizado, exceto por determinados recebíveis com formação de preço final após a transferência de controle dos produtos, que dependem da variação do valor da commodity, classificados na categoria valor justo por meio do resultado, cujo valor em 30 de setembro de 2026 totalizou R$ 5.020 (R$ 2.213 em 31 de dezembro de 2025).

O saldo de recebíveis por desinvestimento e cessão onerosa está relacionado, principalmente, ao *earnout* dos campos de Sépia e Atapu no montante de R$ 1.561 (R$ 2.191 em 31 de dezembro de 2025), pelas vendas de participação no campo de Roncador de R$ 349 (R$ 1.464 em 31 de dezembro de 2025), do Polo Potiguar de R$ 429 (R$ 862 em 31 de dezembro de 2025) e do Polo de Pampo e Enchova de R$ 440 (R$ 363 em 31 de dezembro de 2025).

A redução no saldo de "Outros recebíveis" está relacionada, principalmente, a recebimentos referentes à Jazida Compartilhada de Tupi, conforme nota explicativa 18.4.

9.2. *Aging* do Contas a receber - Terceiros

	Consolidado				Controladora			
	30.09.2026		31.12.2025		30.09.2026		31.12.2025	
	Contas a receber	PCE	Contas a receber	PCE	Contas a receber	PCE	Contas a receber	PCE
A vencer	24.488	(134)	28.970	(483)	14.727	(129)	21.510	(479)
Vencidos:								
Até 3 meses	314	(126)	362	(175)	222	(125)	329	(174)
De 3 a 6 meses	126	(78)	255	(135)	107	(76)	241	(134)
De 6 a 12 meses	495	(454)	708	(587)	492	(453)	667	(569)
Acima de 12 meses	9.687	(8.800)	9.277	(8.416)	5.798	(5.315)	5.175	(4.744)
Total	**35.110**	**(9.592)**	**39.572**	**(9.796)**	**21.346**	**(6.098)**	**27.922**	**(6.100)**

PÚBLICA

9.3. Perdas de crédito esperadas – Terceiros e Partes Relacionadas

	Consolidado		Controladora	
Movimentação	**2026**	**2025**	**2026**	**2025**
	Jan-Set	**Jan-Set**	**Jan-Set**	**Jan-Set**
Saldo inicial	9.850	10.162	6.154	6.074
Adições	380	682	365	666
Reversões	(296)	(473)	(275)	(472)
Baixas	(56)	(81)	(56)	(81)
Ajuste acumulado de conversão	(213)	(557)	–	–
Outros	17	–	–	–
Saldo final	**9.682**	**9.733**	**6.188**	**6.187**
Circulante	2.065	2.042	1.802	1.797
Não circulante	7.617	7.691	4.386	4.390

10. Estoques

	Consolidado	
	30.09.2026	**31.12.2025**
Petróleo	22.446	17.339
Derivados de petróleo	15.490	12.667
Intermediários	3.542	3.173
Gás Natural e Gás Natural Liquefeito (GNL)	932	619
Biocombustíveis	184	161
Fertilizantes	73	57
Total de produtos	42.667	34.016
Materiais, suprimentos e outros	13.612	11.157
Total	**56.279**	**45.173**

Os estoques são apresentados deduzidos de perdas para ajuste ao seu valor realizável líquido, sendo estes ajustes decorrentes, principalmente, de oscilações nas cotações internacionais do petróleo e derivados, e quando constituídos são reconhecidos no resultado do período como custos dos produtos e serviços vendidos. No período de janeiro a setembro de 2026, houve constituição de provisão para perdas de R$ 241 (R$ 19 no período de janeiro a setembro de 2025).

Em 30 de setembro de 2026, a companhia possui um volume de estoque de petróleo e/ou derivados dado como garantia dos Termos de Compromisso Financeiro (TCF) relativos aos Planos de Pensão PPSP-R, PPSP-R Pré-70 e PPSP-NR Pré-70, assinados em 2008 com a Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, no valor estimado de R$ 5.330 (R$ 4.326 em 31 de dezembro de 2025).

O aumento do saldo de estoques em 2026, de R$ 11.106, decorre principalmente dos seguintes itens: (i) petróleo, associado à maior produção, aos menores volumes vendidos nos mercados externo e interno na comparação entre as datas de encerramento dos períodos e aos maiores custos com participações governamentais sobre o óleo produzido e com petróleo importado, refletindo a valorização das cotações internacionais no momento da formação dos estoques; e (ii) derivados de petróleo, decorrente dos maiores custos de aquisição de produtos importados e da matéria-prima (petróleo), também associados à alta das cotações internacionais durante a formação dos estoques.

11. Pagamentos antecipados

	Consolidado		Controladora	
	30.09.2026	31.12.2025	30.09.2026	31.12.2025
Adiantamentos para imobilizado [1]	25.167	22.795	24.871	22.498
Despesas antecipadas	3.370	2.407	1.870	1.619
Outros adiantamentos	837	688	687	634
Partes relacionadas (nota explicativa 28.1)	–	–	1.943	1.463
Total	**29.374**	**25.890**	**29.371**	**26.214**
Circulante	3.751	2.573	2.433	1.848
Não circulante	25.623	23.317	26.938	24.366

(1) Contempla os contratos para aquisição dos direitos da União nas Jazidas de Mero (3,5%) e Atapu (0,95%) assinados em março de 2026. A transferência dos direitos e obrigações ocorrerá em março de 2027.

12. Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	30.09.2026	31.12.2025	30.09.2026	31.12.2025
Terceiros no país	25.530	28.048	22.798	26.845
Terceiros no exterior	11.994	12.599	6.748	5.929
Partes relacionadas (nota explicativa 28.1)	192	301	8.664	9.297
Total	**37.716**	**40.948**	**38.210**	**42.071**

Risco Sacado

A companhia possui um programa para fomentar o desenvolvimento da cadeia produtiva de óleo e gás denominado "Mais Valor", operacionalizado por uma empresa parceira em uma plataforma 100% digital.

As faturas performadas dos fornecedores cadastrados na plataforma ficam disponíveis para serem antecipadas em um processo de leilão reverso, cuja vencedora é a instituição financeira que fizer o lance com a menor taxa de desconto. A instituição financeira passa a ser a credora das faturas antecipadas pelo fornecedor, sendo que a Petrobras paga as faturas na mesma data e condições originalmente acordadas com o fornecedor.

As faturas são antecipadas no programa "Mais Valor" exclusivamente a critério dos fornecedores e não sofrem alteração de prazo, preços e condições comerciais contratados pela Petrobras com tais fornecedores, bem como não acrescentam encargos financeiros para a companhia, tendo, portanto, a classificação mantida em fornecedores e a apresentação na demonstração dos fluxos de caixa em atividade operacional.

Em 30 de setembro de 2026, o saldo antecipado pelos fornecedores, no escopo do programa, é de R$ 320 (R$ 733 em 31 de dezembro de 2025), com prazo de pagamento entre 4 e 92 dias e prazo médio ponderado de 52 dias (prazo de pagamento entre 7 e 93 dias e prazo médio ponderado de 55 dias em 2025), após atendidas as condições comerciais contratadas.

13. Tributos

13.1. Tributos sobre o lucro

Balanço Patrimonial

	Consolidado				Controladora			
	30.09.2026		31.12.2025		30.09.2026		31.12.2025	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Correntes	4.955	13.876	5.629	10.278	4.671	10.625	5.339	7.436
Diferidos	8.746	54.763	5.586	34.965	–	58.991	–	39.684
Total	**13.701**	**68.639**	**11.215**	**45.243**	**4.671**	**69.616**	**5.339**	**47.120**

Demonstração de Resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme as alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	Consolidado			
	2026		2025	
	Jul-Set	Jan-Set	Jul-Set	Jan-Set
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	56.410	176.376	44.951	134.626
Tributos sobre o lucro às alíquotas nominais (34%)	(19.180)	(59.968)	(15.283)	(45.773)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Juros sobre capital próprio	3.841	9.657	2.064	4.696
Alíquotas diferenciadas de empresas no exterior	789	4.717	2.975	5.652
Tributação no Brasil de lucro de empresas no exterior (1)	(1.665)	(3.805)	(1.115)	(1.758)
Incentivos fiscais	314	869	105	638
Efeitos da taxação mínima entre países - Pillar II	(222)	(513)	(234)	(848)
Ajustes de preços de transferência para transações entre partes relacionadas no exterior	(87)	(703)	(326)	(1.255)
Prejuízos fiscais	(41)	(173)	2	5
Benefício pós-emprego (2)	(812)	(2.446)	(681)	(1.871)
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	118	211	60	311
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos indébitos tributários	133	378	157	331
Outros	185	439	172	198
Tributos sobre o lucro	**(16.627)**	**(51.337)**	**(12.104)**	**(39.674)**
Correntes	(18.864)	(44.407)	(8.530)	(22.620)
Diferidos	2.237	(6.930)	(3.574)	(17.054)
Alíquota efetiva dos tributos sobre o lucro	29,5%	29,1%	26,9%	29,5%

(1) Imposto de renda e contribuição social no país referentes aos lucros auferidos por investidas no exterior, conforme dispositivos previstos na Lei nº 12.973/2014.
(2) Inclui tratamentos fiscais incertos, vide nota explicativa 13.1.3 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro.

13.1.1. Correntes

Tributos sobre o lucro - a recuperar

	Consolidado					
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Total	
	30.09.2026	31.12.2025	30.09.2026	31.12.2025	30.09.2026	31.12.2025
No país	3.977	3.591	943	2.008	4.920	5.599
No exterior	35	30	–	–	35	30
Total	**4.012**	**3.621**	**943**	**2.008**	**4.955**	**5.629**

Tributos sobre o lucro - a recolher

	Consolidado					
	Passivo circulante		Passivo não circulante		Total	
	30.09.2026	31.12.2025	30.09.2026	31.12.2025	30.09.2026	31.12.2025
No país						
Imposto de renda e contribuição social (1)	8.167	4.318	2.240	2.155	10.407	6.473
Programas de regularização de débitos federais	373	329	814	1.013	1.187	1.342
	8.540	**4.647**	**3.054**	**3.168**	**11.594**	**7.815**
No exterior (1)	2.282	2.463	–	–	2.282	2.463
Total	**10.822**	**7.110**	**3.054**	**3.168**	**13.876**	**10.278**

(1) Inclui tratamentos fiscais incertos, vide nota explicativa 13.1.3.

PÚBLICA

13.1.2. Diferidos

	Consolidado	
Movimentação	**2026**	**2025**
	Jan-Set	**Jan-Set**
Saldo inicial	**(29.379)**	**(3.390)**
Reconhecido no resultado	(6.930)	(17.054)
Reconhecido no patrimônio líquido	(9.585)	(22.861)
Ajuste acumulado de conversão	(98)	(244)
Utilização de créditos fiscais	(19)	(244)
Outros	(6)	115
Saldo final	**(46.017)**	**(43.678)**
Tributos diferidos sobre o lucro – Ativos	8.746	5.478
Tributos diferidos sobre o lucro – Passivos	(54.763)	(49.156)

Composição

		Consolidado	
Natureza	**Fundamento para realização**	**30.09.2026**	**31.12.2025**
Imobilizado - Custo com prospecção e desmantelamento de áreas	Depreciação, amortização e baixa de ativos	(30.333)	(35.607)
Imobilizado - *Impairment*	Amortização, baixa de ativos e reversão *Impairment*	22.960	24.505
Imobilizado - Direito de uso	Depreciação, amortização e baixa de ativos	(71.104)	(69.310)
Imobilizado - Depreciação acelerada, linear x unidade produzida e encargos capitalizados	Depreciação, amortização e baixa de ativos	(111.747)	(104.908)
Empréstimos, contas a receber/pagar e financiamentos	Pagamentos, recebimentos e contraprestação	(11.101)	(3.657)
Arrendamentos	Apropriação da contraprestação	77.590	78.808
Provisão para desmantelamento de áreas	Pagamento e reversão da provisão	51.879	54.785
Perdas com processos judiciais, administrativos e arbitrais	Pagamento e reversão da provisão	6.907	5.793
Prejuízos fiscais	Compensação do lucro tributável	3.833	3.964
Estoques	Venda, baixa e perda	6.647	2.492
Benefícios concedidos a empregados, principalmente plano de pensão	Pagamento e reversão da provisão	8.124	8.727
Outros		328	5.029
Total		**(46.017)**	**(29.379)**

13.1.3. Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Em 30 de setembro de 2026, a companhia possui tratamentos fiscais incertos provisionados no balanço patrimonial, totalizando R$ 2.240 (R$ 3.379 em 31 de dezembro de 2025), relacionados à dedução de valores pagos na base de cálculo do IRPJ e da CSLL no país. A redução no período decorre, principalmente, da finalização das discussões e do pagamento relativo à cobrança adicional da autoridade fiscal holandesa na apuração do tributo sobre o lucro (*Corporate Income Tax* - CIT) referente aos exercícios de 2018 a 2023 de controladas na Holanda, decorrente da valoração para fins fiscais das plataformas e equipamentos nacionalizados no âmbito do Repetro SPED.

Adicionalmente, a companhia possui tratamentos fiscais incertos não provisionados no balanço patrimonial, no país e no exterior, de tributos sobre o lucro, no montante de R$ 28.581 (R$ 25.151 em 31 de dezembro de 2025), relacionados a processos judiciais e administrativos, em especial ao tratamento de lucros de controladas domiciliadas no exterior.

A companhia também possui outros posicionamentos que podem ser considerados tratamentos fiscais incertos de tributos sobre o lucro, no valor de R$ 32.133 (R$ 27.026 em 31 de dezembro de 2025), dada a possibilidade de interpretação divergente por parte da autoridade fiscal. Esses tratamentos fiscais incertos são suportados por avaliações técnicas e por metodologia de avaliação de riscos tributários, portanto, a companhia considera que tais posicionamentos serão aceitos pelas autoridades fiscais, entendidas como os órgãos que decidem se tratamentos fiscais são aceitáveis de acordo com a legislação tributária, incluindo tribunais judiciais.

Desta forma, em 30 de setembro de 2026, as posições fiscais incertas, no país e no exterior, perfazem o montante de R$ 62.954 (R$ 55.556 em 31 de dezembro de 2025), para as quais a Petrobras seguirá defendendo sua posição.

13.2. Impostos, contribuições e participações governamentais

13.2.1. Impostos e contribuições - a recuperar

	Consolidado			
		Ativo circulante		Ativo não circulante
	30.09.2026	31.12.2025	30.09.2026	31.12.2025
No país				
PIS e COFINS	1.301	1.405	7.698	7.104
PIS e COFINS diferido	2.195	1.947	9.727	8.041
PIS e COFINS - Inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo	-	-	3.786	3.638
ICMS	1.570	1.762	2.993	2.833
ICMS diferido	2.236	2.028	1.209	1.258
Outros impostos e contribuições	79	152	104	107
	7.381	**7.294**	**25.517**	**22.981**
No exterior	239	232	-	1
Total	**7.620**	**7.526**	**25.517**	**22.982**

13.2.2. Impostos, contribuições e participações governamentais - a recolher

	Consolidado			
		Passivo circulante		Passivo não circulante [1]
	30.09.2026	31.12.2025	30.09.2026	31.12.2025
No país:				
Participações governamentais [2]	13.256	7.701	91	306
ICMS	7.286	7.101	-	-
PIS e COFINS	2.036	2.450	1.218	979
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	1.001	1.808	-	-
Imposto de exportação	3.005	-	-	-
Outros impostos e contribuições	1.140	1.833	544	496
	27.724	**20.893**	**1.853**	**1.781**
No exterior	100	73	-	-
Total	**27.824**	**20.966**	**1.853**	**1.781**

(1) Os valores de impostos e contribuições no passivo não circulante estão classificados em "Outros passivos".
(2) O aumento em royalties e participação especial reflete maiores preços médios e volumes de produção de óleo e gás.

13.3. Programa de recuperação fiscal (REFIS)

Em março e abril de 2026, a Petrobras aderiu ao Programa Especial de Parcelamento de Créditos Tributários (REFIS), instituído pelo Estado do Rio de Janeiro, por meio da Lei Complementar nº 225/2025, com o objetivo de encerrar contingências tributárias materializadas relacionadas ao ICMS. Os efeitos do programa impactaram o resultado do período em R$ 618, nas despesas tributárias.

13.4. Imposto de exportação sobre petróleo bruto e óleo diesel

Em março de 2026, a Medida Provisória nº 1.340 instituiu o Imposto de Exportação (IE) sobre as exportações de óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos e de óleo diesel de uso rodoviário, com vigência a partir de 12 de março de 2026. Após o encerramento da vigência da medida provisória, em 9 de julho de 2026, a tributação das exportações de petróleo bruto foi mantida pelas Resoluções nº 938, nº 957 e nº 977/2026 do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Camex) até 31 de dezembro de 2026. Por sua vez, a tributação das exportações de óleo diesel de uso rodoviário prevista na Medida Provisória não foi mantida nas referidas Resoluções.

O IE sobre o petróleo bruto possui alíquota de 12%, como regra geral, e de 6% nas exportações destinadas à União Europeia (UE), nos termos do Acordo Provisório de Comércio entre a UE e o Mercado Comum do Sul (Mercosul).

O tributo não é recuperável, mas é dedutível na base de cálculo do IRPJ e da CSLL. O prazo para pagamento do imposto será de até 15 dias para o óleo diesel e 60 dias para o petróleo, contados da data do registro da declaração para despacho aduaneiro.

No período de janeiro a setembro de 2026, a companhia reconheceu em despesas tributárias o montante de R$ 9.970 relativo ao Imposto de Exportação (R$ 4.459 no período de julho a setembro de 2026).

13.5. Reforma tributária

Em 30 de abril de 2026, foram publicados os regulamentos do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Esses regulamentos não introduziram alterações significativas em relação às disposições previstas nas Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026.

O Ministério da Fazenda divulgou as alíquotas da CBS incidentes nas operações com combustíveis líquidos comercializados em volume, em 9 de outubro de 2026, por meio da Portaria MF nº 3.074. As alíquotas valerão a partir de janeiro de 2027.

De acordo com os trâmites definidos na Lei Complementar nº 214/2025, o Tribunal de Contas da União (TCU) é o órgão responsável pela realização de estudos direcionados à definição das alíquotas de referência dos novos tributos.

Em 28 de outubro de 2026, o TCU concluiu o estudo referente à alíquota de CBS para 2027 (11,3%) e encaminhou o resultado ao Senado Federal, que deverá analisar e então fixar a alíquota de referência da CBS. Caberá à União, por meio de lei específica, fixar a alíquota padrão da CBS, que será utilizada no ano de 2027.

Dessa forma, no estágio atual de implementação e regulamentação da Reforma Tributária sobre o consumo, a companhia avalia que permanecem incertezas relevantes quanto a aspectos essenciais à aplicação dos novos tributos. Em consequência disso, não foram identificados efeitos nas informações financeiras intermediárias do período findo em 30 de setembro de 2026, considerando que:

- Não foram publicados os elementos necessários para a identificação objetiva das alíquotas do IBS e da CBS aplicáveis a todas as operações da companhia, incluindo a alíquota de referência e as alíquotas padrão por ente federativo, conforme aplicável;

- As obrigações acessórias relacionadas, entre outros, à emissão de documentos fiscais, ao aproveitamento de créditos, aos procedimentos de ressarcimento e à adoção de regimes específicos ainda não se encontram suficientemente detalhadas; e

- A alíquota do Imposto Seletivo (IS) para bens minerais foi publicada em 4 de novembro de 2026, por meio da Medida Provisória nº 1.399, que estabeleceu a alíquota zero, em caráter excepcional e transitório, até 31 de dezembro de 2027. Apesar disso, permanecem pendentes a regulamentação do IS e as diretrizes necessárias à sua operacionalização, incluindo, principalmente, as regras para cumprimento das obrigações acessórias e o momento de incidência.

14. Benefícios a empregados

São todas as formas de compensação proporcionadas pela entidade em troca de serviços prestados pelos seus empregados ou pela rescisão do contrato de trabalho. Inclui também despesas com diretores e outros administradores. Tais benefícios incluem salários, benefícios pós-emprego, rescisórios e outros benefícios.

	Consolidado	
	30.09.2026	31.12.2025
Passivo		
Benefícios de curto prazo	13.584	14.977
Benefícios rescisórios	366	497
Benefícios pós-emprego	93.797	90.016
Total	**107.747**	**105.490**
Circulante	19.329	20.937
Não circulante	88.418	84.553
Total	**107.747**	**105.490**

14.1. Benefícios de curto prazo

	Consolidado	
	30.09.2026	31.12.2025
Provisão de férias e 13º salário	5.418	3.355
Participação nos lucros ou resultados - PLR	2.964	3.727
Programa de prêmio a empregados - PRD	3.535	3.944
Salários, encargos e outras provisões	1.667	3.951
Total	**13.584**	**14.977**
Circulante	13.451	14.888
Não circulante (1)	133	89
Total	**13.584**	**14.977**

(1) Refere-se ao saldo do diferimento por 4 anos da parcela do programa de remuneração variável dos administradores e dos gestores executivos.

A companhia reconheceu na demonstração do resultado os seguintes valores:

	Consolidado			
	2026		2025	
	Jul-Set	Jan-Set	Jul-Set	Jan-Set
Custeio/Despesas na Demonstração de resultado				
Salários, férias, 13º salário, encargos e outros	(6.896)	(17.767)	(5.440)	(15.838)
Honorários e encargos de Administradores	(32)	(70)	(18)	(56)
Programas de remuneração variável (1)	(2.443)	(6.155)	(2.194)	(5.607)
Programa de prêmio por desempenho - PRD (2)	(1.459)	(3.224)	(1.300)	(2.893)
Participação nos lucros ou resultados - PLR (2)	(984)	(2.931)	(894)	(2.714)
Total	**(9.371)**	**(23.992)**	**(7.652)**	**(21.501)**

(1) Inclui complemento/reversão de programas anteriores.
(2) Valor reconhecido como Outras receitas (despesas) operacionais líquidas - nota explicativa 6.

14.1.1. Programas de remuneração variável

A companhia reconhece a contribuição dos empregados para os resultados alcançados, por meio de dois programas: a) Participação nos lucros ou resultados; e b) Prêmio por desempenho.

Participação nos lucros ou resultados - PLR

No período de janeiro a setembro de 2026, a Petrobras:

- realizou pagamento da PLR no valor de R$ 3.694 (R$ 3.594 na controladora), considerando o regramento e os limites individuais de acordo com a remuneração de cada empregado; e

- provisionou o valor de R$ 2.921 (R$ 2.701 no período janeiro a setembro de 2025) referente ao exercício de 2026, registrado em outras despesas operacionais. Na controladora, a provisão foi de R$ 2.870 (R$ 2.672 no período janeiro a setembro de 2025).

Programa de prêmio por desempenho – PRD

No período de janeiro a setembro de 2026, a Petrobras:

- realizou pagamento da PRD no valor de R$ 3.633 (R$ 2.962 na controladora), considerando o cumprimento de métricas de desempenho da companhia e o desempenho individual dos empregados; e

- provisionou o valor de R$ 3.397 (R$ 2.898 no período janeiro a setembro de 2025), referente ao exercício de 2026, registrado em outras despesas operacionais, incluindo os demais programas das empresas consolidadas. Na controladora, a provisão foi de R$ 2.879 (R$ 2.410 para o período janeiro a setembro de 2025).

14.2. Benefícios pós-emprego

A companhia mantém um plano de saúde para seus empregados no Brasil (ativos e aposentados) e seus dependentes e outros cinco principais planos de benefícios de pensão pós-aposentadoria (chamados coletivamente de “planos de pensão da companhia”).

Os saldos relativos a benefícios pós-emprego concedidos a empregados estão representados a seguir:

	Consolidado	
	30.09.2026	31.12.2025
Passivo		
Plano de saúde - AMS Saúde Petrobras	68.032	64.166
Subtotal - plano de saúde	**68.032**	**64.166**
Plano de pensão Petros Repactuados (PPSP-R)	14.704	15.041
Plano de pensão Petros Não Repactuados (PPSP-NR)	5.170	5.208
Plano de pensão Petros Repactuados Pré-70 (PPSP-R Pré-70)	2.966	2.823
Plano de pensão Petros Não Repactuados Pré-70 (PPSP-NR Pré-70)	2.909	2.758
Plano de pensão Petros 2 (PP2)	16	20
Subtotal - planos de pensão	**25.765**	**25.850**
Total	**93.797**	**90.016**
Circulante	5.784	5.701
Não circulante	88.013	84.315

PÚBLICA

Plano de saúde

O Plano de saúde, nomeado AMS (Saúde Petrobras), é administrado e operado pela Associação Petrobras de Saúde (APS), associação civil, sem fins lucrativos, e inclui programas de prevenção e assistência à saúde. O plano oferece assistência à saúde a todos os empregados atuais, aposentados, pensionistas e grupo familiar elegível, de acordo com os critérios definidos no regulamento e no acordo coletivo de trabalho (ACT), e está aberto a novos empregados.

O pagamento do custo assistencial é efetuado pela companhia com base na utilização dos beneficiários. A participação financeira da companhia e dos beneficiários nas despesas é estabelecida no regulamento e no ACT, sendo, atualmente, 70% pela companhia e 30% pelos participantes.

Planos de pensão

Os planos de pensão patrocinados são administrados pela Fundação Petros, que foi constituída como uma entidade jurídica sem fins lucrativos de direito privado com autonomia administrativa e financeira.

Os planos de pensão são regulados pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) que contempla todas as diretrizes e procedimentos a serem adotados pelos planos para sua gestão e relacionamento com as partes interessadas.

A Petros realiza periodicamente avaliações dos planos em cumprimento a norma vigente de previdência complementar e, quando aplicável, estabelece medidas com objetivo de oferecer sustentabilidade aos planos.

Em 24 de março de 2026, o Conselho Deliberativo da Petros aprovou as demonstrações financeiras dos planos previdenciários patrocinados pela companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A obrigação líquida com planos de pensão registrada pela companhia é calculada conforme os requerimentos dos IFRS *Accounting Standards*, que adota uma metodologia de reconhecimento distinta daquela utilizada pelos fundos de pensão no Brasil, que são regulados pelo CNPC.

As principais diferenças entre as práticas contábeis da companhia (IFRS *Accounting Standards*) e do fundo de pensão (CNPC), em 31 de dezembro de 2025, são demonstradas a seguir:

	PPSP-R [1]	PPSP-NR [1]
Déficit acumulado de acordo com o CNPC - Fundação Petros	**1.299**	**649**
Contribuições futuras normais e extraordinárias - patrocinadora	23.514	6.926
Contribuições contratadas - Termo de Compromisso Financeiro - patrocinadora	4.323	3.121
Hipóteses financeiras (taxas de Juros e Inflação), ajuste no valor dos ativos do plano e metodologia de cálculo	(11.272)	(2.730)
Passivo atuarial líquido de acordo com a CVM - Patrocinadora	**17.864**	**7.966**

(1) Inclui o saldo dos planos PPSP-R Pré-70 e PPSP-NR Pré-70.

No critério CNPC, a Petros considera o fluxo futuro das contribuições normais e extraordinárias patronais, descontado a valor presente, enquanto a companhia só considera esses fluxos na medida em que são realizados. Além disso, a Petros define a taxa real de juros com base nas expectativas de rentabilidade e nos parâmetros da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), enquanto a companhia utiliza uma taxa que combina o perfil de maturidade das obrigações com a curva de retorno de títulos do governo. Em relação ao ativo garantidor, os títulos públicos na Petros são marcados a mercado ou na curva, enquanto na companhia são marcados todos a valor de mercado.

14.2.1. Valores nas demonstrações financeiras da Petrobras relacionados a planos de benefícios definidos

O passivo atuarial líquido representa as obrigações da companhia, líquidas do valor justo dos ativos do plano (quando aplicável), a valor presente.

A movimentação das obrigações atuariais relacionadas aos planos de pensão e saúde com característica de benefício definido é apresentada a seguir:

	Consolidado				
			Planos de pensão	Plano de saúde	
	PPSP-R (1)	PPSP-NR (1)	Petros 2	AMS - Saúde Petrobras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**17.864**	**7.966**	**20**	**64.166**	**90.016**
Reconhecido no resultado - custeio e despesas	**1.457**	**663**	**1**	**6.387**	**8.508**
Custo do serviço corrente	–	–	–	1.016	1.016
Custo dos juros, líquidos	1.457	663	1	5.371	7.492
Efeito caixa	**(1.651)**	**(550)**	**(64)**	**(2.521)**	**(4.786)**
Pagamento de contribuições	(1.566)	(495)	(64)	(2.521)	(4.646)
Termo de Compromisso Financeiro (TCF)	(85)	(55)	–	–	(140)
Outros movimentos	**–**	**–**	**59**	**–**	**59**
Saldo em 30 de setembro de 2026	**17.670**	**8.079**	**16**	**68.032**	**93.797**

(1) Inclui o saldo dos planos PPSP-R Pré-70 e PPSP-NR Pré-70.

	Consolidado				
			Planos de pensão	Plano de saúde	
	PPSP-R (1)	PPSP-NR (1)	Petros 2	AMS - Saúde Petrobras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**16.619**	**7.169**	**356**	**46.433**	**70.577**
Reconhecido no resultado - custeio e despesas	**1.533**	**671**	**26**	**5.079**	**7.309**
Custo do serviço corrente	12	4	–	689	705
Custo dos juros, líquidos	1.521	667	26	4.390	6.604
Reconhecido no PL - outros resultados abrangentes	**–**	**–**	**(1)**	**(3)**	**(4)**
Efeitos de remensuração reconhecidos em ORA	–	–	(1)	(3)	(4)
Efeito caixa	**(1.592)**	**(500)**	**(54)**	**(2.257)**	**(4.403)**
Pagamento de contribuições	(1.512)	(455)	(54)	(2.257)	(4.278)
Termo de Compromisso Financeiro (TCF)	(80)	(45)	–	–	(125)
Saldo em 30 de setembro de 2025	**16.560**	**7.340**	**327**	**49.252**	**73.479**

(1) Inclui o saldo dos planos PPSP-R Pré-70 e PPSP-NR Pré-70.

A despesa líquida com planos de pensão e saúde está apresentada a seguir:

	Consolidado				
	PPSP-R (1)	PPSP-NR (1)	Planos de pensão Petros 2	Plano de saúde AMS - Saúde Petrobras	Total
Relativa a empregados ativos (custeio e resultado)	(73)	(17)	–	(2.337)	(2.427)
Relativa aos inativos (outras despesas operacionais)	(1.384)	(646)	(1)	(4.050)	(6.081)
Despesa reconhecida no resultado - Jan-Set/2026	**(1.457)**	**(663)**	**(1)**	**(6.387)**	**(8.508)**
Relativa a empregados ativos (custeio e resultado)	(97)	(24)	(4)	(1.671)	(1.796)
Relativa aos inativos (outras despesas operacionais)	(1.436)	(647)	(22)	(3.408)	(5.513)
Despesa reconhecida no resultado - Jan-Set/2025	**(1.533)**	**(671)**	**(26)**	**(5.079)**	**(7.309)**

(1) Inclui o saldo dos planos PPSP-R Pré-70 e PPSP-NR Pré-70.

	Consolidado				
	PPSP-R (1)	PPSP-NR (1)	Planos de pensão Petros 2	Plano de saúde AMS - Saúde Petrobras	Total
Relativa a empregados ativos (custeio e resultado)	(24)	(5)	1	(778)	(806)
Relativa aos inativos (outras despesas operacionais)	(462)	(215)	(1)	(1.352)	(2.030)
Despesa reconhecida no resultado - Jul-Set/2026	**(486)**	**(220)**	**–**	**(2.130)**	**(2.836)**
Relativa a empregados ativos (custeio e resultado)	(32)	(8)	(2)	(557)	(599)
Relativa aos inativos (outras despesas operacionais)	(479)	(215)	(8)	(1.137)	(1.839)
Despesa reconhecida no resultado - Jul-Set/2025	**(511)**	**(223)**	**(10)**	**(1.694)**	**(2.438)**

(1) Inclui o saldo dos planos PPSP-R Pré-70 e PPSP-NR Pré-70.

14.2.2. Contribuições

No período de janeiro a setembro de 2026, a companhia contribuiu com o total de R$ 4.786 (R$ 4.403 para o período de janeiro a setembro de 2025) para os planos de benefício definido, reduzindo o saldo das obrigações, conforme quadro da nota explicativa 14.2.1. Adicionalmente, contribuiu com R$ 1.104 (R$ 976 para o período de janeiro a setembro de 2025) para a parcela de contribuição definida do plano PP2 e R$ 8 do plano PP3 (R$ 7 para o período de janeiro a setembro de 2025), que foram reconhecidas em custeio e despesas do período.

15. Processos judiciais e contingências

15.1. Provisão para processos judiciais e administrativos

A companhia constitui provisões nos processos judiciais, administrativos e arbitrais, em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem a:

- Processos fiscais, incluindo: (i) cobrança de ICMS incidente sobre óleo bunker envolvendo vários estados; (ii) cobrança de ICMS relativo a Fundos Estaduais envolvendo incentivos fiscais; (iii) não recolhimento de contribuições previdenciárias sobre abonos e gratificações; e (iv) não homologação de compensações de tributos federais, incluindo glosa de créditos de PIS e COFINS.

- Processos trabalhistas, destacando-se: (i) reclamações trabalhistas diversas; e (ii) ações de terceirizados.

- Processos cíveis, destacando-se: (i) pleitos envolvendo contratos; (ii) processos administrativos e judiciais discutindo multas aplicadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em especial as relativas a sistemas de medição de produção, bem como processos administrativos e judiciais que discutem diferença de participação especial e royalties em campos de petróleo diversos; (iii) ações que discutem temas vinculados a planos de previdência complementar geridos pela Petros; e (iv) ações que discutem indenizações relacionadas à desapropriação e servidão de passagem.

- Processos ambientais, em especial: (i) multas relativas ao acidente ambiental ocorrido em 2000 no estado do Paraná; (ii) multas relativas à operação *offshore* da companhia; e (iii) ação civil pública por vazamento de petróleo em 2004 no Parque Estadual da Serra do Mar, no estado de São Paulo.

Os valores provisionados são os seguintes:

	Consolidado	
Passivo não circulante	**30.09.2026**	**31.12.2025**
Processos trabalhistas	4.406	3.803
Processos fiscais	5.556	4.057
Processos cíveis	10.478	8.808
Processos ambientais	1.113	1.213
Total	**21.553**	**17.881**

	Consolidado	
	2026	**2025**
	Jan-Set	**Jan-Set**
Saldo inicial	17.881	17.543
Adição, líquida de reversão	4.576	2.076
Utilização	(3.117)	(4.687)
Atualização	2.213	1.597
Outros	–	(49)
Saldo final	**21.553**	**16.480**

Na preparação das informações financeiras intermediárias do período findo em 30 de setembro de 2026, a companhia considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade da saída de recursos.

No período de janeiro a setembro de 2026, o acréscimo de R$ 3.672 no passivo provisionado decorre, principalmente, das alterações ocorridas nos seguintes casos:

- R$ 1.802 na provisão de litígios de natureza tributária de cobrança de ICMS relativo a Fundos Estaduais envolvendo incentivos fiscais do estado do Rio de Janeiro;
- R$ 1.046 na provisão de litígios de natureza cível envolvendo questões contratuais; e
- R$ 526 na provisão referentes a ações de reclamações trabalhistas.

Esses efeitos foram compensados, principalmente, pelas reduções relacionadas à incidência de ICMS após adesão ao programa de anistia tributária, conforme nota 13.3.

15.2. Depósitos judiciais

A companhia efetua depósitos na fase judicial, em especial para suspender a exigibilidade do débito de natureza tributária e permitir ao contribuinte a manutenção de sua regularidade fiscal. Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado	
Ativo não circulante	**30.09.2026**	**31.12.2025**
Fiscais	60.890	55.972
Trabalhistas	4.568	4.617
Cíveis	21.729	20.370
Ambientais e outros	528	551
Total	**87.715**	**81.510**

	Consolidado	
	2026	**2025**
	Jan-Set	**Jan-Set**
Saldo inicial	81.510	72.745
Adição, líquida de reversão	1.087	3.135
Utilização	(439)	(716)
Atualização financeira	5.561	5.043
Outros	(4)	(6)
Saldo final	**87.715**	**80.201**

No período de janeiro a setembro de 2026, a companhia realizou depósitos judiciais líquidos de reversão no montante de R$ 1.087, com destaque para depósitos de natureza fiscal vinculados à contingência referente à cobrança de PIS e COFINS, decorrente do pagamento de tributos transacionados com a União Federal, com exclusão do recolhimento de multas, R$ 717; e cobrança de ICMS relativo a Fundos Estaduais envolvendo incentivos fiscais do estado do Rio de Janeiro, R$ 282.

A companhia mantém Negócio Jurídico Processual (NJP) celebrado com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), com o objetivo de postergar a realização de depósitos judiciais, relacionados a processos tributários federais, com valores superiores a R$ 200, viabilizando a discussão judicial sem a necessidade de desembolso financeiro imediato.

Para isso, a companhia oferece capacidade de produção dos campos de Tupi, Sapinhoá e/ou Roncador. À medida que os depósitos judiciais venham a ser realizados, a referida capacidade de produção é liberada para outros processos que venham a integrar o NJP.

A companhia entende que o referido NJP permite maior previsibilidade de caixa e assegura a manutenção da regularidade fiscal federal. Em 30 de setembro de 2026, a capacidade de produção compromissada no NJP totalizava R$ 7.413 (R$ 7.795 em 31 de dezembro de 2025).

15.3. Processos judiciais e administrativos não provisionados

Em 30 de setembro de 2026, os passivos contingentes acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

	Consolidado	
Natureza	**30.09.2026**	**31.12.2025**
Fiscais	125.453	136.375
Trabalhistas	10.159	10.244
Cíveis	75.831	70.276
Ambientais e outros	8.329	7.673
Total	**219.772**	**224.568**

Os principais processos judiciais não provisionados são:

- Processos fiscais, incluindo: (i) cobrança de ICMS de temas diversos envolvendo vários estados; (ii) lucro de controladas e coligadas domiciliadas no exterior não adicionado à base de cálculo do IRPJ e da CSLL; (iii) não homologação de compensações de PIS e COFINS em virtude de glosa de créditos; (iv) cobrança de PIS e COFINS, decorrente do pagamento de tributos transacionados com a União Federal, com exclusão do recolhimento de multas; (v) incidência de contribuições previdenciárias sobre o pagamento de abonos e gratificações; e (vi) incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF sobre as remessas para pagamentos de afretamentos de embarcações;

- Processos trabalhistas envolvendo assuntos diversos;

- Processos cíveis, destacando-se: (i) processos administrativos e judiciais que discutem diferença de participação especial e royalties em campos de petróleo diversos, incluindo unificação de jazidas e reservatórios; (ii) pleitos envolvendo contratos; (iii) ações que discutem temas vinculados a planos de previdência complementar geridos pela Petros; (iv) multas de agências reguladoras, em especial, da ANP; e (v) processos judiciais e arbitrais que discutem vendas de ativos realizadas pela Petrobras; e

- Processos ambientais, com destaque para: (i) multas ambientais relacionadas às operações da companhia; (ii) ações indenizatórias de pescadores; e (iii) indenizações e reparações por danos ambientais.

No período de janeiro a setembro de 2026, o decréscimo no passivo contingente decorre, principalmente, das seguintes alterações:

- R$ 9.700 referentes à decisão favorável e transferências para perda remota em litígios fiscais envolvendo estorno de créditos de ICMS;
- R$ 5.976 referentes à não homologação de compensações de PIS e COFINS em virtude de glosa de créditos transferidas para perda remota e decisão favorável à companhia;
- R$ 5.574 referentes à decisão favorável e transferências para perda remota em auto de infração que discute estorno de créditos de ICMS na transferência entre estabelecimentos;
- R$ 3.571 referentes a transferências de risco em litígios de natureza tributária referentes a cobrança de ICMS relativo a Fundos Estaduais envolvendo incentivos fiscais do estado do Rio de Janeiro;
- R$ 1.804 referentes a litígios cíveis envolvendo venda de ativos, em especial transferências para perda remota;
- R$ 1.025 referentes a autos de infração envolvendo Regimes Aduaneiros Especiais, em especial decisão definitiva favorável à Petrobras em um dos autos; e
- R$ 1.023 referentes a autos de infração envolvendo cobrança de multas aduaneiras, em especial transferência para perda remota.

Esses efeitos foram compensados, principalmente, por: (i) R$ 12.225 referentes a autos de infração que discutem o não estorno de créditos de ICMS decorrentes de entradas de mercadorias em operações antecedentes às saídas de combustíveis; (ii) R$ 3.848 referentes a processos administrativos e judiciais que discutem diferença de participação especial e royalties em campos de petróleo diversos, incluindo unificação de jazidas e reservatórios; (iii) R$ 3.613 referentes a litígios de natureza cível envolvendo questões contratuais; (iv) R$ 2.673 referentes a processos sobre ajustes na base de cálculo de IRPJ e CSLL e tributação de juros e de correção monetária incidentes sobre depósitos; e (v) R$ 1.801 referentes a creditamento de ICMS sobre aquisições de mercadorias que, no entendimento da fiscalização, não configurariam bens do ativo imobilizado.

15.4. Ações coletivas (*class actions*) e processos relacionados

15.4.1. Ação coletiva na Holanda

Em 23 de janeiro de 2017, a Stichting Petrobras Compensation Foundation ("Fundação") ajuizou uma ação coletiva na Holanda, na Corte Distrital de Roterdã, contra a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, Petrobras International Braspetro B.V. (PIBBV), Petrobras Global Finance B.V. (PGF), Petrobras Oil & Gas B.V. (PO&GBV) e alguns ex-gestores da Petrobras. A Fundação alega que representa os interesses de um grupo não identificado de investidores e afirma que, com base nos fatos revelados pela Operação Lava Jato, os réus agiram de maneira ilegal perante os investidores.

Em 26 de maio de 2021, a Corte Distrital de Roterdã decidiu que a ação coletiva deveria prosseguir e que a cláusula de arbitragem do Estatuto Social da Petrobras não impede que acionistas da companhia tenham acesso ao Poder Judiciário holandês e tenham seus interesses representados pela Fundação. Não obstante, estão excluídos do escopo da ação os interesses dos investidores que já tenham iniciado arbitragem contra a Petrobras ou que sejam partes em processos judiciais nos quais tenha sido reconhecida de forma definitiva a aplicabilidade da cláusula de arbitragem.

Em 30 de outubro de 2024, após a manifestação das partes sobre a prova técnica, a Corte Distrital de Roterdã proferiu sentença, na qual acolheu amplamente os argumentos da Petrobras com relação aos pedidos apresentados em favor dos acionistas da companhia e considerou que: i) de acordo com a legislação brasileira, todos os danos alegados pela Fundação se qualificam como indiretos e não são passíveis de ressarcimento; e ii) de acordo com a legislação argentina, os acionistas não podem, em princípio, pleitear indenização da companhia pelos danos alegados pela Fundação, e a Fundação não demonstrou que representa um número suficiente de investidores que poderiam, em tese, apresentar tal pedido.

Dessa forma, a Corte Distrital de Roterdã rejeitou as alegações da Fundação de acordo com as leis brasileira e argentina, o que resultou na rejeição de todos os pedidos formulados em favor de acionistas. Com relação a determinados detentores de bonds, o Tribunal considerou que a Petrobras e a PGF agiram ilegalmente sob a legislação de Luxemburgo, enquanto a PGF agiu ilegalmente no que tange à legislação holandesa.

Além disso, a Corte Distrital de Roterdã confirmou os seguintes pontos da decisão divulgada ao mercado em 26 de julho de 2023: i) rejeição das alegações contra a PIBBV, PO&GBV e os ex-presidentes da Petrobras do período de julho de 2005 a fevereiro de 2015; ii) prescrição de pedidos formulados de acordo com a legislação espanhola.

A Petrobras, a Fundação e a PGF recorreram da sentença e das decisões intermediárias anteriores.

Em 30 de junho de 2026, o Tribunal de Apelação de Haia inadmitiu o recurso interposto pela Fundação especificamente em relação à PIBBV e PGF. Essa decisão não afeta os recursos interpostos pela PGF, pela Petrobras e o recurso remanescente da Fundação interposto em relação à Petrobras, que permanecem pendentes de julgamento.

Mesmo em relação aos detentores de bonds, a Fundação não pode pedir indenização no âmbito da ação coletiva, o que dependerá não apenas de um resultado final favorável aos interesses dos investidores na própria ação coletiva, mas também do ajuizamento de ações posteriores por ou em nome dos investidores pela própria Fundação, oportunidade em que a Petrobras e a PGF poderão oferecer todas as defesas já apresentadas na ação coletiva e outras que julgar cabíveis, inclusive em relação à ocorrência e à quantificação de eventuais danos, que deverão ser provados pelos eventuais beneficiários da decisão ou pela Fundação. A eventual indenização pelos danos alegados somente será determinada por decisões judiciais em ações posteriores.

A ação coletiva diz respeito a questões complexas e o resultado está sujeito a incertezas substanciais, que dependem de fatores como: o escopo da cláusula compromissória do Estatuto da Petrobras, a jurisdição do Poder Judiciário holandês, o escopo do acordo que encerrou a *Class Action* nos Estados Unidos, a legitimidade da Fundação para representar os interesses dos investidores, as várias leis aplicáveis ao caso, a informação obtida a partir da fase de produção de provas, as análises periciais, o cronograma a ser definido pela Corte de apelação de Haia e as decisões judiciais sobre questões-chave do processo, os possíveis recursos, inclusive perante a Suprema Corte, bem como o fato de a Fundação buscar apenas uma decisão declaratória nesta ação coletiva.

A companhia, com suporte nas avaliações de seus assessores, considera que não há elementos indicativos suficientes para a qualificação do universo dos potenciais beneficiários de uma eventual decisão definitiva desfavorável aos interesses da Petrobras, tampouco para a quantificação dos danos supostamente indenizáveis.

Assim, não é possível prever no momento se a companhia será responsável pelo pagamento efetivo de indenizações em eventuais ações individuais futuras, porque essa análise dependerá do resultado desses procedimentos complexos. Além disso, não é possível saber quais investidores serão capazes de apresentar ações individuais subsequentes relacionadas a esse assunto contra a Petrobras.

Ademais, as alegações formuladas são amplas, abrangem um período plurianual e envolvem uma ampla variedade de atividades e, no cenário atual, os impactos de tais alegações são altamente incertos. As incertezas inerentes a todas essas questões afetam a duração da resolução final dessa ação. Como resultado, a Petrobras não é capaz de projetar uma estimativa confiável da potencial perda resultante dessa ação. Não obstante, a Petrobras continua a negar as alegações da Fundação, em relação às quais foi considerada vítima por todas as autoridades brasileiras, inclusive o STF.

A Petrobras e as suas subsidiárias negam as alegações apresentadas pela Fundação e continuarão se defendendo firmemente.

15.4.2. Arbitragem e outros processos judiciais na Argentina

Na arbitragem da Argentina, na qual se discute a responsabilização da Petrobras por uma suposta perda de valor de mercado das ações da Petrobras no país, em razão dos desdobramentos da chamada Operação Lava Jato, o recurso apresentado pela Consumidores Damnificados Asociación Civil, antes denominada Consumidores Financieros Asociación Civil para su Defensa ("Associação"), teve seguimento negado. A Associação apresentou novo recurso à Suprema Corte argentina, o qual também foi negado, tendo a arbitragem sido enviada ao Tribunal Arbitral. A companhia não possui elementos que permitam produzir uma estimativa confiável da potencial perda nesta arbitragem.

Em paralelo a tal arbitragem, a Associação também iniciou uma ação coletiva perante a Corte Civil e Comercial de Buenos Aires, na Argentina, tendo a Petrobras comparecido espontaneamente em 10 de abril de 2023, no âmbito da qual alega a responsabilidade da Petrobras por uma suposta perda do valor de mercado dos valores mobiliários da Petrobras na Argentina, em decorrência de alegações formuladas no âmbito da Operação Lava Jato e seus reflexos nas demonstrações financeiras da companhia anteriores a 2015. A Petrobras apresentou sua defesa em 30 de agosto de 2023. A Petrobras nega as alegações apresentadas pela Associação e se defenderá das acusações formuladas pela autora da ação coletiva. A companhia não possui elementos que permitam produzir uma estimativa confiável da potencial perda nesta ação.

Quanto à ação penal na Argentina relacionada a uma suposta oferta fraudulenta de valores mobiliários, agravada pelo fato de a Petrobras supostamente ter declarado dados falsos nas suas demonstrações financeiras anteriores a 2015, em 3 de setembro de 2025, o Juízo de primeira instância reconheceu a prescrição da ação penal e determinou o seu arquivamento. A sentença de extinção da ação penal foi proferida após a decisão do Tribunal de Apelações em 3 de abril de 2025, que revogou a decisão anterior de processamento da Petrobras e o embargo cautelar anteriormente ordenado. Em 2 de março de 2026, o Tribunal de Apelações rejeitou o recurso de apelação da Associação interposto contra a sentença de extinção da ação penal. Em 8 de outubro de 2026, a Câmara Federal de Cassação rejeitou novo recurso da Associação e manteve as decisões de primeira e segunda instâncias que reconheceram a prescrição. Tal decisão ainda é recorrível.

15.4.3. Arbitragens propostas por acionistas minoritários no Brasil

Não ocorreram alterações relevantes no período de janeiro a setembro de 2026. Para mais informações, consultar a nota explicativa 20.5, das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

16. Provisão para desmantelamento de áreas

O quadro a seguir detalha o valor da provisão para desmantelamento por área de produção:

	Consolidado	
	30.09.2026	31.12.2025
Terra	3.653	3.714
Águas rasas	43.456	44.600
Águas profundas e ultraprofundas pós-sal	65.551	70.145
Pré-sal	39.169	38.430
Total	**151.829**	**156.889**
Circulante	13.895	16.233
Não circulante	137.934	140.656

	Consolidado	
	2026	2025
	Jan-Set	Jan-Set
Saldo inicial	156.889	162.253
Revisão de provisão	37	214
Transferências referentes a passivos mantidos para venda	–	565
Utilização	(10.357)	(6.709)
Atualização de juros	5.292	5.432
Outros	(32)	(88)
Saldo final	**151.829**	**161.667**

17. Outros ativos e passivos

Ativo	Consolidado		Controladora	
	30.09.2026	31.12.2025	30.09.2026	31.12.2025
Depósitos vinculados e/ou dados em garantia	4.832	3.768	4.469	3.453
Operações com derivativos	811	563	592	321
Ativos relativos a parcerias de negócio	2.118	1.513	1.169	2.092
Outros	1.166	828	800	564
Total	**8.927**	**6.672**	**7.030**	**6.430**
Circulante	6.269	4.928	4.676	4.844
Não circulante	2.658	1.744	2.354	1.586

Passivo	Consolidado		Controladora	
	30.09.2026	31.12.2025	30.09.2026	31.12.2025
Obrigações oriundas de desinvestimentos [1]	7.935	5.159	7.934	5.157
Retenções contratuais	5.589	5.078	5.437	4.926
Adiantamentos de clientes	1.992	1.744	1.798	1.495
Provisões com gastos ambientais, P&D e multas	3.572	2.785	3.511	2.491
Impostos e contribuições	1.853	1.781	1.853	1.781
Dividendos e JCP não reclamados	808	1.029	808	1.029
Operações com derivativos	622	723	269	481
Obrigações oriundas de aquisição de participação societária	919	866	919	866
Credores diversos	577	779	550	777
Outros	2.635	2.320	1.947	1.415
Total	**26.502**	**22.264**	**25.026**	**20.418**
Circulante	17.420	12.825	16.179	11.276
Não circulante	9.082	9.439	8.847	9.142

(1) Inclui obrigações de desembolso relativas à TAG, conforme nota explicativa 23.3.

18. Imobilizado

18.1. Por tipo de ativos

						Consolidado	Controladora
	Terrenos, edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens[1]	Ativos em construção[2]	Gastos c/exploração e desenvolvimento[3]	Direitos de uso	Total	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**13.160**	**289.765**	**204.252**	**214.012**	**203.435**	**924.624**	**933.998**
Custo acumulado	24.304	638.620	235.241	429.060	320.640	1.647.865	1.599.726
Depreciação e *impairment* acumulado [4]	(11.144)	(348.855)	(30.989)	(215.048)	(117.205)	(723.241)	(665.728)
Adições	272	680	75.040	849	37.353	114.194	118.934
Desmantelamento de áreas - revisão/constituição	–	–	–	(2)	–	(2)	–
Juros capitalizados	–	–	9.856	–	–	9.856	9.856
Baixas	(16)	(167)	(338)	(101)	(589)	(1.211)	(1.077)
Transferências [5]	1.718	39.395	(56.423)	22.872	3	7.565	7.555
Transferências para ativos mantidos para venda	(3)	(1)	1	–	–	(3)	(1)
Depreciação, amortização e depleção	(356)	(25.582)	–	(21.732)	(35.483)	(83.153)	(85.289)
Impairment - constituição (nota explicativa 20)	–	(249)	(281)	(229)	(406)	(1.165)	(1.165)
Impairment - reversão (nota explicativa 20)	6	21	2.160	–	–	2.187	2.185
Ajuste acumulado de conversão	(4)	1	(14)	(110)	10	(117)	–
Saldo em 30 de setembro de 2026	**14.777**	**303.863**	**234.253**	**215.559**	**204.323**	**972.775**	**984.996**
Custo acumulado	26.269	672.720	262.203	453.454	346.834	1.761.480	1.719.174
Depreciação e *impairment* acumulado [4]	(11.492)	(368.857)	(27.950)	(237.895)	(142.511)	(788.705)	(734.178)

PÚBLICA

						Consolidado	Controladora
	Terrenos, edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens[1]	Ativos em construção[2]	Gastos c/exploração e desenvolvi-mento[3]	Direitos de uso	Total	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**15.389**	**283.650**	**150.990**	**222.434**	**171.454**	**843.917**	**858.561**
Custo acumulado	24.119	600.426	187.751	417.094	262.342	1.491.732	1.444.141
Depreciação e *impairment* acumulado [4]	(8.730)	(316.776)	(36.761)	(194.660)	(90.888)	(647.815)	(585.580)
Adições	222	453	69.785	656	59.824	130.940	128.985
Desmantelamento de áreas - revisão/constituição	–	–	–	34	–	34	–
Juros capitalizados	–	–	8.102	–	–	8.102	8.102
Baixas	(3)	(157)	(1.853)	(30)	(107)	(2.150)	(2.103)
Transferências [5]	(1.841)	22.721	(29.049)	14.591	(8)	6.414	6.466
Transferências para ativos mantidos para venda	–	(14)	–	–	–	(14)	(13)
Depreciação, amortização e depleção	(407)	(23.331)	–	(19.743)	(31.210)	(74.691)	(77.042)
Impairment - constituição (nota explicativa 20)	(239)	(650)	(108)	(58)	(465)	(1.520)	(1.299)
Impairment - reversão (nota explicativa 20)	171	375	1.237	–	–	1.783	1.760
Ajuste acumulado de conversão	(5)	(27)	(46)	(295)	–	(373)	–
Saldo em 30 de setembro de 2025	**13.287**	**283.020**	**199.058**	**217.589**	**199.488**	**912.442**	**923.417**
Custo acumulado	23.813	617.749	234.164	430.761	311.605	1.618.092	1.570.632
Depreciação e *impairment* acumulado [4]	(10.526)	(334.729)	(35.106)	(213.172)	(112.117)	(705.650)	(647.215)

(1) Composto por plataformas de produção, refinarias, termelétricas, unidades de tratamento de gás, dutos e outras instalações de operação, armazenagem e produção, incluindo equipamentos submarinos de produção e escoamento de óleo e gás depreciados pelo método das unidades produzidas.
(2) Os saldos por segmento de negócio são apresentados na nota explicativa 8.
(3) Composto por ativos de exploração e produção relacionados a poços, abandono de áreas, bônus de assinatura associados a reservas provadas e outros gastos diretamente vinculados à exploração e produção, exceto ativos classificados em "Equipamentos e outros bens".
(4) No caso dos terrenos e ativos em construção, refere-se apenas às perdas por *impairment*.
(5) Inclui principalmente transferências entre tipos de ativos e transferências de adiantamentos (Pagamentos antecipados).

As adições em ativos em construção, no período de janeiro a setembro de 2026, devem-se, principalmente, aos investimentos em desenvolvimento da produção do campo de Búzios e dos demais da Bacia de Santos, da Bacia do Espírito Santo e da Bacia de Campos. Já as adições em direito de uso, referem-se, principalmente, a sondas para operações de E&P, tendo o respectivo reflexo no passivo de arrendamentos (nota explicativa 25).

18.2. Tempo de vida útil estimada

Os tempos de vida útil dos ativos depreciados são demonstrados a seguir:

Ativo	Tempo de vida útil médio ponderado em anos
Edificações e benfeitorias	39 (entre 25 e 50)
Equipamentos e outros bens	24 (entre 1 e 31) - exceto ativos pelo método de unidade produzida
Gastos com exploração e desenvolvimento	Método de unidade produzida ou 20 anos
Direitos de uso	13 (entre 1 e 50)

18.3. Direitos de uso

Os direitos de uso estão apresentados pelos seguintes ativos subjacentes:

				Consolidado	Controladora
	Plataformas	Embarcações	Imóveis e outros	Total	Total
30.09.2026					
Custo acumulado	149.416	179.234	18.184	346.834	367.842
Depreciação e *impairment* acumulado	(39.253)	(95.920)	(7.338)	(142.511)	(152.233)
Total	**110.163**	**83.314**	**10.846**	**204.323**	**215.609**
31.12.2025					
Custo acumulado	157.460	146.541	16.639	320.640	335.512
Depreciação e *impairment* acumulado	(36.822)	(74.791)	(5.592)	(117.205)	(125.383)
Total	**120.638**	**71.750**	**11.047**	**203.435**	**210.129**

PÚBLICA

18.4. Acordos de Individualização da Produção

A Petrobras possui Acordos de Individualização da Produção (AIP) celebrados no Brasil com empresas parceiras em consórcios de E&P, que envolvem processos de equalização de gastos e volumes de produção em jazidas compartilhadas, principalmente relacionados aos campos Agulhinha, Berbigão, Budião Noroeste, Budião Sudeste, Pré-Sal de Jubarte e Sururu.

A companhia mantém estimativa dos valores associados aos AIP submetidos à aprovação da ANP, cuja movimentação está apresentada a seguir:

	Consolidado e controladora	
	2026	2025
	Jan-Set	Jan-Set
Saldo inicial a pagar, líquido	2.248	3.575
Adições (baixas) no ativo	(206)	(1.951)
Outras despesas (receitas) operacionais	162	4.046
Atualização monetária	(142)	–
Pagamentos efetuados	(849)	–
Recebimentos realizados	3.128	–
Saldo final a pagar, líquido	**4.341**	**5.670**

A movimentação no período reflete a melhor estimativa disponível das premissas utilizadas na apuração da base de cálculo e o compartilhamento de ativos relevantes em áreas a serem equalizadas.

Jazida Compartilhada de Sapinhoá

Em 12 de março de 2026, a Petrobras pagou R$ 219 à União, representada pela Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), referente à assinatura do Aditivo ao AIP da jazida compartilhada de Sapinhoá, aprovado pela ANP no terceiro trimestre de 2025.

Jazida Compartilhada de Tupi

No período de janeiro a setembro de 2026, a Petrobras recebeu R$ 3.128 das empresas parceiras, e pagou R$ 624 à União, representada pela PPSA, referentes ao processo de redeterminação da Jazida Compartilhada de Tupi.

Jazidas Compartilhadas de Berbigão e Sururu

Em 30 de abril de 2026, a ANP aprovou o AIP das Jazidas Compartilhadas de Berbigão e Sururu, localizadas na Bacia de Santos, com vigência a partir de 1º de maio de 2026. O acordo contempla as áreas do contrato de concessão BM-S-11A, operado pela Petrobras (42,5%), em parceria com Shell (25%), TotalEnergies (22,5%) e Petrogal (10%), bem como a área do contrato de cessão onerosa, operada pela Petrobras (100%).

Em 13 de outubro de 2026, a Petrobras celebrou com as empresas integrantes do consórcio os Acordos de Equalização de Gastos e Volumes (AEGVs) de Berbigão, Sururu e dos respectivos ativos compartilhados, em decorrência da entrada em efetividade do AIP.

Como resultado da assinatura desses AEGVs, a Petrobras terá direito ao recebimento líquido de US$ 859 milhões das demais empresas do consórcio, cuja liquidação financeira está prevista para ocorrer até novembro de 2026. O correspondente direito a receber e os respectivos efeitos no resultado serão reconhecidos nas demonstrações financeiras no quarto trimestre de 2026.

18.5. Taxa média ponderada da capitalização de juros

A taxa média ponderada dos encargos financeiros utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos sem destinação específica, a ser capitalizado como parte integrante dos ativos em construção, foi de 7,37% a.a. no período de janeiro a setembro de 2026 (7,17% a.a. no período de janeiro a setembro de 2025).

19. Intangível

19.1. Por tipo de ativos

				Consolidado	Controladora
	Direitos e Concessões [1]	Softwares	Ágio (*goodwill*)	Total	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**9.629**	**4.136**	**120**	**13.885**	**13.561**
Custo acumulado	10.916	11.744	120	22.780	21.728
Amortização e *impairment* acumulado	(1.287)	(7.608)	–	(8.895)	(8.167)
Adições	96	961	–	1.057	971
Juros capitalizados	–	80	–	80	80
Baixas	–	(4)	–	(4)	(4)
Transferências	–	21	–	21	(3)
Amortização	(10)	(727)	–	(737)	(701)
Ajuste acumulado de conversão	(3)	–	–	(3)	–
Saldo em 30 de setembro de 2026	**9.712**	**4.467**	**120**	**14.299**	**13.904**
Custo acumulado	11.008	12.819	120	23.947	22.735
Amortização e *impairment* acumulado	(1.296)	(8.352)	–	(9.648)	(8.831)
Tempo de vida útil estimado em anos	Indefinida [2]	5	Indefinida		

				Consolidado	Controladora
	Direitos e Concessões [1]	Softwares	Ágio (*goodwill*)	Total	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**10.509**	**3.328**	**124**	**13.961**	**13.772**
Custo acumulado	10.836	10.294	124	21.254	20.321
Amortização e *impairment* acumulado	(327)	(6.966)	–	(7.293)	(6.549)
Adições	38	1.013	–	1.051	1.014
Juros capitalizados	–	49	–	49	49
Baixas	–	(6)	–	(6)	(5)
Transferências	(98)	16	(4)	(86)	(90)
Amortização	(13)	(616)	–	(629)	(603)
Impairment - constituição (nota explicativa 20)	(946)	–	–	(946)	(946)
Ajuste acumulado de conversão	(1)	(1)	(1)	(3)	–
Saldo em 30 de setembro de 2025	**9.489**	**3.783**	**119**	**13.391**	**13.191**
Custo acumulado	10.769	11.194	119	22.082	21.175
Amortização e *impairment* acumulado	(1.280)	(7.411)	–	(8.691)	(7.984)
Tempo de vida útil estimado em anos	Indefinida [2]	5	Indefinida		

(1) Composto principalmente por bônus de assinatura, pagos em contratos de concessão e de partilha de produção para exploração de petróleo ou gás natural, além de concessões de serviços públicos, marcas e patentes e outros.
(2) Composto principalmente por ativos com vida útil indefinida cuja avaliação é revisada anualmente para determinar se continua justificável.

20. Redução ao valor recuperável dos ativos (*Impairment*)

			Consolidado	
	2026		2025	
	Jul-Set	Jan-Set	Jul-Set	Jan-Set
Demonstração de Resultado				
Reversão / (Perda), líquida, no valor de recuperação de ativos - Impairment	-	1.022	1.539	193
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	-	-	–	(1.198)
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	-	305	10	29
Efeito líquido no resultado do período	**-**	**1.327**	**1.549**	**(976)**
Reconhecimento de perda	-	(1.205)	(221)	(2.795)
Reversão de perda	-	2.532	1.770	1.819
Balanço Patrimonial				
Imobilizado	-	1.022	1.539	263
Intangível	-	-	–	(946)
Ativos mantidos para venda	-	-	–	(322)
Investimentos	-	305	10	29
Efeito líquido no balanço patrimonial	**-**	**1.327**	**1.549**	**(976)**

A companhia avalia a recuperabilidade dos ativos anualmente ou quando existe um indicativo de desvalorização no período ou de reversão de perdas por *impairment* reconhecidas em períodos anteriores. No período de janeiro a setembro de 2026, foram reconhecidas reversões de perdas líquidas no resultado, no montante de R$ 1.327, destacando-se:

- a Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFN-III), localizada em Três Lagoas/MS, cuja aprovação de retomada do projeto resultou em reversão de perdas no valor de R$ 2.164 em decorrência da estimativa de geração de caixa futura positiva para o ativo, com aumento do seu valor recuperável; e

- a postergação de retomada da produção da plataforma P-52, de setembro de 2026 para março de 2027, que integra a UGC do campo de Roncador, localizado na Bacia de Campos, resultando no reconhecimento de perdas no valor de R$ 1.165.

No período de janeiro a setembro de 2025, foram reconhecidas perdas líquidas no resultado, no montante de R$ 976, destacando: (i) perdas pela não economicidade dos blocos C-M-753 e C-M-789, localizados na Bacia de Campos (R$ 1.198); (ii) perdas pela prorrogação do arrendamento do FPSO Cidade de Santos, na UGC Uruguá, para o descomissionamento da unidade (R$ 459); (iii) perdas pela compensação financeira adicional do Polo Cherne após o acidente na plataforma PCH-1 (R$ 319); (iv) perdas pelo atraso na retomada das operações da Araucária Nitrogenados S.A. - ANSA (R$ 221); e (v) reversão de perdas nos ativos de refino e utilidades do Complexo de Energias Boaventura, após a aprovação do projeto e a assinatura dos principais contratos para conclusão e integração dos ativos à Reduc e ao parque de refino e logística da Petrobras (R$ 1.760).

21. Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás

As movimentações dos custos capitalizados relativos aos poços exploratórios e os saldos dos valores pagos pela obtenção dos direitos e concessões para exploração de petróleo e gás natural, ambos diretamente relacionados às atividades exploratórias em reservas de óleo e gás não provadas, são apresentados na tabela a seguir:

	Consolidado	
	2026	2025
	Jan-Set	Jan-Set
Custos exploratórios reconhecidos no Ativo [1]		
Imobilizado		
Saldo inicial	13.357	9.131
Adições	3.639	4.060
Baixas	(93)	(29)
Transferências	(345)	(487)
Ajustes acumulados de conversão	(62)	(174)
Perdas em projetos sem viabilidade econômica	-	(252)
Saldo final	**16.496**	**12.249**
Intangível		
Saldo inicial	9.157	9.966
Adições	76	-
Ajustes acumulados de conversão	(6)	-
Perdas em projetos sem viabilidade econômica	-	(946)
Saldo final	**9.227**	**9.020**
Total dos custos exploratórios reconhecidos no ativo	**25.723**	**21.269**

(1) Líquido de valores capitalizados e subsequentemente baixados como despesas no mesmo período.

As adições de janeiro a setembro de 2026 referem-se, principalmente, à perfuração de poços associados às áreas do pré-sal dos blocos exploratórios FZA-M-59, na bacia da Foz do Amazonas, e ARAM, na Bacia de Santos.

Os custos exploratórios reconhecidos no resultado e os fluxos de caixa vinculados às atividades de avaliação e exploração de petróleo e gás natural estão demonstrados a seguir:

	Consolidado			
	2026		2025	
	Jul-Set	Jan-Set	Jul-Set	Jan-Set
Custos exploratórios reconhecidos no resultado				
Despesas com geologia e geofísica	(965)	(2.022)	(1.249)	(2.815)
Projetos sem viabilidade econômica (inclui poços secos e bônus de assinatura)[1]	(7)	(113)	(91)	(1.294)
Penalidades contratuais de conteúdo local	(92)	(161)	8	(25)
Outras despesas exploratórias	(1)	(7)	(11)	(70)
Total	**(1.065)**	**(2.303)**	**(1.343)**	**(4.204)**
Caixa utilizado nas atividades				
Operacionais	966	2.029	1.260	2.885
Investimentos	1.119	3.713	1.259	4.152
Total	**2.085**	**5.742**	**2.519**	**7.037**

(1) Inclui valores referentes à avaliação da não economicidade dos blocos exploratórios (nota explicativa 20).

21.1. Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo

A Petrobras concedeu garantias à ANP no total de R$ 11.361 (R$ 7.756 em 31 de dezembro de 2025) para os Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração, os quais encontram-se líquidos dos compromissos já cumpridos. Desse montante, R$ 7.529 (R$ 7.471 em 31 de dezembro de 2025) correspondem ao penhor da capacidade de produção futura de petróleo dos campos de Marlim e Búzios que já se encontram na fase de produção, e R$ 3.832 (R$ 285 em 31 de dezembro de 2025) referem-se a garantias bancárias.

22. Investimentos

22.1. Mutação dos investimentos (Controladora)

	Controladas	Operações em conjunto	Empreendimentos controlados em conjunto [1]	Coligadas [2]	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	346.312	130	149	133	346.724
Aportes de capital	186	–	322	–	508
Transação de capital	1	–	–	–	1
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	16.718	39	226	30	17.013
Ajuste acumulado de conversão (CTA)	(20.320)	–	–	–	(20.320)
Outros resultados abrangentes	8	–	15	–	23
Dividendos	(610)	(31)	(37)	(3)	(681)
Saldo em 30 de setembro de 2026	**342.295**	**138**	**675**	**160**	**343.268**

	Controladas	Operações em conjunto	Empreendimentos controlados em conjunto	Coligadas (2)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	365.419	145	124	710	366.398
Aportes de capital	1.012	–	11		1.023
Reorganizações, redução de capital e outros	(318)	–	–	–	(318)
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	17.483	30	63	345	17.921
Ajuste acumulado de conversão (CTA)	(53.361)	–	–	(1.485)	(54.846)
Outros resultados abrangentes	(75)	–	–	1.729	1.654
Dividendos	(885)	(42)	(45)	(16)	(988)
Saldo em 30 de setembro de 2025	**329.275**	**133**	**153**	**1.283**	**330.844**

(1) Inclui investimento na Lightsource bp, conforme detalhado na nota explicativa 23.
(2) Inclui outros investimentos.

22.2. Mutação dos investimentos (Consolidado)

	Empreendimentos controlados em Conjunto	Coligadas [1]	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.558	466	3.024
Aportes de capital	340	18	358
Reorganizações, redução de capital e outros	–	(3)	(3)
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	895	32	927
Ajuste acumulado de conversão (CTA)	(146)	(48)	(194)
Outros resultados abrangentes	15	–	15
Dividendos	(375)	(3)	(378)
Saldo em 30 de setembro de 2026	**3.287**	**462**	**3.749**

	Empreendimentos controlados em Conjunto	Coligadas [1]	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.971	1.110	4.081
Aportes de capital	11	36	47
Reorganizações, redução de capital e outros	–	(25)	(25)
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	622	311	933
Ajuste acumulado de conversão (CTA)	(414)	(1.539)	(1.953)
Outros resultados abrangentes	–	1.729	1.729
Dividendos	(570)	(17)	(587)
Saldo em 30 de setembro de 2025	**2.620**	**1.605**	**4.225**

(1) Inclui outros investimentos

23. Vendas de ativos e outras operações com ativos

As principais classes de ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentadas a seguir:

		Consolidado	
		30.09.2026	31.12.2025
	E&P	Total	Total
Ativos classificados como mantidos para venda			
Investimentos	1	1	1
Imobilizado	141	141	135
Total	**142**	**142**	**136**
Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda			
Provisão para desmantelamento de áreas	586	586	566
Total	**586**	**586**	**566**

23.1. Aquisição de participações

Participação no campo de Tartaruga Verde e no Modulo III do campo de Espadarte

Em 9 de abril de 2026, a companhia assinou com a Petronas Petróleo Brasil Ltda contratos para aquisição das participações de 50% dos campos de Tartaruga Verde e Espadarte – Módulo III, localizados na Bacia de Campos, pelo valor de US$ 450 milhões, sendo: (i) US$ 50 milhões pagos na data assinatura do acordo; (ii) US$ 350 milhões no fechamento da operação; e (iii) duas parcelas diferidas, no valor de até US$ 25 milhões cada, a serem pagas em 12 e 24 meses após o fechamento. Após o cumprimento das condições precedentes, incluindo aprovação da ANP, a Petrobras voltará a deter 100% de participação nos ativos.

Ring-fence do Campo de Argonauta na Bacia de Campos

Em 27 de abril de 2026, a companhia celebrou acordo para aquisição do *ring-fence* do Campo de Argonauta (Concessão BC-10), localizado na Bacia de Campos, pelo montante de R$ 700 (dos quais R$ 100 serão pagos no fechamento da operação, e R$ 600 no fechamento ou em 15 de janeiro de 2027, o que ocorrer por último), além de US$ 150 milhões (a serem pagos 2 anos após o fechamento da operação). Estes valores estão sujeitos a ajustes contratuais usuais.

A porção adquirida é referente a área do Campo de Argonauta que detém 0,86% da jazida compartilhada do pré-sal de Jubarte ("Jazida Compartilhada de Jubarte"), relacionada ao Acordo de Individualização da Produção ("AIP") vigente desde 1º de agosto de 2025.

Após a conclusão da operação, a participação da companhia na Jazida Compartilhada de Jubarte será elevada para 98,11%, permanecendo 1,89% sob titularidade da União. A transação também encerra negociações relacionadas à equalização de participações e à individualização da produção envolvendo as partes anteriormente detentoras da área.

A conclusão da transação está condicionada ao cumprimento de condições precedentes, incluindo aprovações pela ANP e pelo CADE.

Lightsource Brasil NewCo Holding S.A.

Em 20 de maio de 2026, a Petrobras adquiriu participação de 49,99% no capital votante da Lightsource Brasil NewCo Holding S.A., através do aporte financeiro de R$ 153 na empresa, estabelecendo uma parceria estratégica no segmento de energias renováveis onshore no país, incluindo geração de energia a partir de fontes renováveis e armazenamento de energia.

O investimento foi classificado pela companhia como um empreendimento controlado em conjunto, considerando os termos estabelecidos no Acordo de Acionistas, sendo avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

23.2. Ativos contingentes em vendas de ativos e outras operações

Algumas vendas de ativos e acordos celebrados pela companhia preveem recebimentos condicionados a cláusulas contratuais, especialmente relacionadas à variação do *Brent* nas operações relativas a ativos de E&P.

O quadro a seguir apresenta, para cada operação, a data de fechamento, o valor da transação, o ativo reconhecido em contrapartida de outras receitas operacionais e o valor de ativos contingentes na data do balanço:

Operações	Data de fechamento da operação	No fechamento da operação US$ milhões	Ativo reconhecido no período de janeiro a setembro de 2026		Ativo reconhecido em exercícios anteriores US$ milhões	Valor de ativos contingentes em 30.09.2026 US$ milhões
			US$ milhões	R$		
Excedentes da Cessão Onerosa						
Sépia e Atapu [1]	Abr/2022	5.263	208	1.082	1.514	3.536
Vendas em exercícios anteriores						
Polo Riacho da Forquilha	Dez/2019	62	–	–	58	4
Polos Pampo e Enchova	Jul/2020	650	85	443	358	207
Campo de Baúna	Nov/2020	285	14	89	271	–
Polo Cricaré	Dez/2021	118	–	–	106	12
Polo Peroá	Ago/2022	43	–	–	26	17
Papa-Terra	Dez/2022	90	–	–	54	36
Albacora Leste	Jan/2023	250	–	–	225	25
Polo Norte Capixaba	Abr/2023	66	–	–	33	33
Polo Golfinho e Polo Camarupim	Ago/2023	60	–	–	20	40
Total		**6.887**	**307**	**1.614**	**2.665**	**3.910**

(1) O valor registrado em outras receitas operacionais considera ajuste a valor presente (nota explicativa 6). O valor estimado da operação de US$ 5.263 milhões foi reduzido para US$ 5.258 milhões. Para mais informações, consultar a nota explicativa 29.2, das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

23.3. Outras operações

Assinatura de novo Acordo de Acionistas na Braskem

Em 23 de abril de 2026, a Petrobras encaminhou notificação à Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial, formalizando sua decisão de não exercer os direitos de preferência e de *tag along* previstos no Acordo de Acionistas vigente da Braskem S.A.

Na mesma data, a companhia celebrou um novo Acordo de Acionistas com o Shine I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada (FIP), estabelecendo controle compartilhado da Braskem, com previsão de consenso nas deliberações societárias e indicação paritária de membros para o Conselho de Administração e Diretoria. Este acordo entrou em vigor em 3 de junho de 2026, após a conclusão da transferência de ações da Novonor para o FIP.

A Petrobras manteve sua participação de 36,15% no capital total da Braskem, sendo 47,03% do capital votante.

Considerando os termos estabelecidos no novo Acordo de Acionistas com o FIP, o investimento na Braskem deixou de ser classificado como uma coligada e passou a ser classificado pela Petrobras como um empreendimento controlado em conjunto, mantendo a avaliação contábil atual do investimento pelo método de equivalência patrimonial.

Obrigações oriundas de desinvestimentos - TAG

No escopo da operação de compra e venda das ações da Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG), em 2019, as partes assumiram, conforme previsto no contrato, obrigações de pagamento relacionadas às futuras definições de premissas regulatórias, após o término do contrato de transporte associado ao Sistema de Transporte Malha Nordeste.

Em 2 de outubro de 2026, a Diretoria da ANP deliberou sobre a definição das premissas regulatórias para o ciclo tarifário 2026-2030.

Com base na decisão da ANP e nos parâmetros contratuais citados, a Petrobras estimou em 30 de setembro de 2026 obrigações de desembolso de R$ 3.580, reconhecidas em outros passivos circulantes, em contrapartida de outras despesas operacionais.

A provisão reconhecida reflete a melhor estimativa da companhia em 30 de setembro de 2026 e está sujeita a incertezas de mensuração, principalmente em razão dos recursos interpostos perante a ANP sobre as premissas regulatórias.

24. Financiamentos

24.1. Saldo por tipo de financiamento

	Consolidado		Controladora	
	30.09.2026	31.12.2025	30.09.2026	31.12.2025
Mercado bancário	28.294	24.840	28.142	24.685
Mercado de capitais	15.453	16.600	14.781	16.264
Banco de fomento [1]	2.761	2.927	–	–
Partes relacionadas (nota explicativa 28.3)	–	–	52.518	58.746
Outros financiamentos	3	14	–	–
Total no país	**46.511**	**44.381**	**95.441**	**99.695**
Mercado bancário	15.996	16.952	3.734	4.577
Mercado de capitais	62.130	76.940	–	–
Agência de crédito à exportação	7.683	6.544	1.790	–
Partes relacionadas (nota explicativa 28.1)	–	–	369.881	411.186
Outros financiamentos	508	672	–	–
Total no exterior	**86.317**	**101.108**	**375.405**	**415.763**
Total de financiamentos	**132.828**	**145.489**	**470.846**	**515.458**
Circulante	6.861	12.027	183.971	160.408
Não circulante	125.967	133.462	286.875	355.050

(1) Refere-se ao BNDES.

O valor classificado no passivo circulante é composto por:

	Consolidado		Controladora	
	30.09.2026	31.12.2025	30.09.2026	31.12.2025
Financiamentos de curto prazo	68	112	42.520	18.480
Parcela corrente de financiamentos de longo prazo	4.526	8.888	135.484	137.813
Juros provisionados de parcelas de financiamentos de curto e longo prazo	2.267	3.027	5.967	4.115
Circulante	**6.861**	**12.027**	**183.971**	**160.408**

O saldo em mercado de capitais é composto, principalmente, por R$ 59.335 em global notes, emitidos no exterior pela PGF, R$ 10.180 em debêntures, emitidas no Brasil pela Petrobras e TBG, e R$ 4.905 em notas comerciais escriturais, emitidas no Brasil pela Petrobras.

Os *global notes* possuem vencimentos entre 2029 e 2115 e não exigem garantias reais. Tais financiamentos foram realizados em dólares e libras, sendo 92% e 8% do total de *global notes*, respectivamente.

As debêntures e as notas comerciais, com vencimentos entre 2029 e 2045, não exigem garantias reais e não são conversíveis em ações ou em participações societárias.

Em 30 de setembro de 2026, não ocorreram inadimplementos (*default*), quebra de *covenants* (*breaches*) ou alterações adversas em cláusulas que resultassem na alteração dos termos de pagamentos dos contratos de empréstimos e financiamentos. Não houve alteração nas garantias requeridas em relação a 31 de dezembro de 2025. A Petrobras garante, de modo integral, incondicional e irrevogável, os *global notes* emitidos no mercado de capitais por sua subsidiária integral PGF e os contratos de empréstimos de sua subsidiária integral PGT.

24.2. Movimentação

	Consolidado		
	País	Exterior	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**44.381**	**101.108**	**145.489**
Captações	5.338	10.650	15.988
Amortizações de principal (1)	(3.910)	(18.890)	(22.800)
Amortizações de juros (1)	(3.437)	(5.043)	(8.480)
Encargos incorridos no período (2)	3.833	4.503	8.336
Variações monetárias e cambiais	306	(327)	(21)
Ajuste acumulado de conversão	–	(5.684)	(5.684)
Saldo de 30 de setembro de 2026	**46.511**	**86.317**	**132.828**

	Consolidado		
	País	Exterior	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**34.446**	**108.980**	**143.426**
Captações	12.690	16.912	29.602
Amortizações de principal (1)	(1.297)	(8.436)	(9.733)
Amortizações de juros (1)	(2.423)	(5.338)	(7.761)
Encargos incorridos no período (2)	3.412	4.973	8.385
Variações monetárias e cambiais	92	(588)	(496)
Ajuste acumulado de conversão	–	(13.853)	(13.853)
Saldo de 30 de setembro de 2025	**46.920**	**102.650**	**149.570**

(1) Inclui pré-pagamentos.
(2) Inclui apropriações de ágios, deságios e custos de transações associados.

24.3. Reconciliação com os fluxos de caixa das atividades de financiamento – Consolidado

	2026 Jan-Set			2025 Jan-Set		
	Captações	Amortizações de Principal	Amortizações de Juros	Captações	Amortizações de Principal	Amortizações de Juros
Movimento em financiamentos	15.988	(22.800)	(8.480)	29.602	(9.733)	(7.761)
Reestruturação de dívida	–	(130)	–	–	–	–
Depósitos vinculados (1)	–	(780)	(61)	–	(1.129)	(135)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	**15.988**	**(23.710)**	**(8.541)**	**29.602**	**(10.862)**	**(7.896)**

(1) Valores depositados para pagamento de obrigações relativas a financiamentos captados junto ao China Development Bank, com liquidações semestrais em junho e dezembro.

No período de janeiro a setembro de 2026, a companhia:

- liquidou o total de R$ 32.251, sendo: (i) R$ 16.440 no mercado de capitais, destacando-se a recompra e o resgate de R$ 9.693 em títulos no mercado de capitais internacional; (ii) R$ 13.308 no mercado bancário, incluindo o pré-pagamento de R$ 6.870 em empréstimos no mercado bancário nacional e internacional; (iii) R$ 1.877 nas agências de crédito à exportação; (iv) R$ 405 nos bancos de fomento; e (v) R$ 221 nas demais operações; e

- captou o total de R$ 15.988, destacando-se: (i) R$ 7.531 no mercado bancário internacional; (ii) R$ 5.016 no mercado bancário nacional e (iii) R$ 3.041 nas agências de crédito à exportação.

24.4. Informações resumidas sobre os financiamentos (passivo circulante e não circulante)

							Consolidado	
Vencimento em	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**2030**	**2031 em diante**	**Total [1]**	**Valor justo [4]**
Financiamentos em Dólares :	2.767	1.841	2.913	3.316	10.970	52.089	73.896	73.241
Indexados a taxas flutuantes [2]	2.437	1.373	2.902	934	3.836	7.519	19.001	
Indexados a taxas fixas	330	468	11	2.382	7.134	44.570	54.895	
Taxa média a.a.	6,3%	6,2%	5,9%	6,2%	6,2%	6,6%	6,5%	
Financiamentos em Reais :	1.228	1.053	792	5.482	3.546	30.239	42.340	41.272
Indexados a taxas flutuantes [3]	1.091	236	223	223	2.945	27.648	32.366	
Indexados a taxas fixas	137	817	569	5.259	601	2.591	9.974	
Taxa média a.a.	10,1%	10,0%	10,2%	10,3%	10,6%	8,2%	9,6%	
Financiamentos em Euro :	–	73	525	129	260	1.808	2.795	2.764
Indexados a taxas fixas	–	73	525	129	260	1.808	2.795	
Taxa média a.a.	–	4,6%	4,7%	4,7%	4,7%	4,8%	4,7%	
Financiamentos em Libras :	–	134	–	2.026	–	2.836	4.996	5.043
Indexados a taxas fixas	–	134	–	2.026	–	2.836	4.996	
Taxa média a.a.	–	6,1%	–	6,1%	–	6,6%	6,3%	
Financiamentos em Renminbi :	66	38	97	170	2.728	5.702	8.801	9.155
Indexados a taxas flutuantes	39	25	25	25	2.583	–	2.697	
Indexados a taxas fixas	27	13	72	145	145	5.702	6.104	
Taxa média a.a.	3,9%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%	3,7%	3,9%	
Total em 30 de setembro de 2026	**4.061**	**3.139**	**4.327**	**11.123**	**17.504**	**92.674**	**132.828**	**131.475**
Taxa média a.a. [4]	7,3%	7,2%	7,0%	7,2%	7,2%	6,6%	6,7%	

(1) Em 30 de setembro de 2026, o prazo médio ponderado de vencimento dos financiamentos é de 11,84 anos (11,70 anos em 31 de dezembro de 2025).
(2) Operações com indexador variável + spread fixo.
(3) Operações com indexador variável + spread fixo, conforme aplicável.
(4) Em 31 de dezembro de 2025, o valor justo total é de R$ 142.557 e a taxa média ao ano é de 6,7%.

Em 30 de setembro de 2026, os valores justos dos financiamentos são principalmente determinados pela utilização de:

- Nível 1 - preços cotados em mercados ativos, quando aplicável, no valor de R$ 58.570 (R$ 73.678, em 31 de dezembro de 2025); e

- Nível 2 - método de fluxo de caixa descontado pelas taxas *spot* interpoladas dos indexadores (ou *proxies*) dos respectivos financiamentos, observadas às moedas atreladas, e pelo risco de crédito da Petrobras, no valor de R$ 72.905 (R$ 68.879, em 31 de dezembro de 2025).

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial é apresentada na nota explicativa 27.3.1.

O fluxo nominal (não descontado) de principal e juros dos financiamentos, por vencimento, é apresentado a seguir:

						Consolidado		
Vencimento	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**2030**	**2031 em diante**	**30.09.2026**	**31.12.2025**
Principal	2.546	2.417	4.568	11.319	17.913	95.184	133.947	146.219
Juros	2.263	9.374	9.031	8.913	7.967	76.050	113.598	124.828
Total [1]	**4.809**	**11.791**	**13.599**	**20.232**	**25.880**	**171.234**	**247.545**	**271.047**

(1) O fluxo nominal dos arrendamentos encontra-se na nota explicativa 25.

PÚBLICA

24.5. Linhas de crédito

Empresa	Instituição financeira	Data da abertura	Prazo	Contratado	Utilizado	Consolidado Saldo em 30.09.2026
No exterior (Valores em US$ milhões)						
PGT BV	Sindicato de Bancos	16/12/2021	16/11/2028	4.111	–	4.111
PGT BV	Sindicato de Bancos	08/07/2025	16/11/2028	1.060	–	1.060
Total				**5.171**	**–**	**5.171**
No país						
Petrobras	Bradesco	22/12/2025	22/11/2030	1.500	–	1.500
Petrobras	Banco Itaú	30/07/2025	31/07/2030	1.500	–	1.500
Petrobras	Banco do Brasil	23/03/2018	26/09/2030	3.500	–	3.500
Petrobras	Banco do Brasil	04/10/2018	04/09/2029	4.000	–	4.000
Transpetro	Caixa Econômica Federal	23/11/2010	Indefinido	329	–	329
Total				**10.829**	**–**	**10.829**

25. Arrendamentos

A movimentação dos contratos de arrendamento reconhecidos como passivos está demonstrada a seguir:

	Consolidado		
	Arrendadores no país	Arrendadores no exterior	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**36.567**	**201.969**	**238.536**
Remensuração/Novos contratos	12.427	21.003	33.430
Pagamentos de principal e juros	(11.712)	(28.848)	(40.560)
Encargos incorridos no período	2.481	8.686	11.167
Variações monetárias e cambiais	(1.198)	(11.682)	(12.880)
Ajuste acumulado de conversão	(1)	(21)	(22)
Transferências	3	3	6
Saldo em 30 de setembro de 2026	**38.567**	**191.110**	**229.677**
Circulante			51.999
Não Circulante			177.678

	Consolidado		
	Arrendadores no país	Arrendadores no exterior	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**33.959**	**196.082**	**230.041**
Remensuração/Novos contratos	11.674	44.319	55.993
Pagamentos de principal e juros	(10.643)	(27.625)	(38.268)
Encargos incorridos no período	2.000	9.159	11.159
Variações monetárias e cambiais	(2.653)	(29.643)	(32.296)
Ajuste acumulado de conversão	–	(117)	(117)
Transferências	1	–	1
Saldo em 30 de setembro de 2025	**34.338**	**192.175**	**226.513**
Circulante			51.019
Não Circulante			175.494

Em 30 de setembro de 2026, o valor do passivo de arrendamento da Petrobras Controladora é de R$ 238.856 (R$ 243.122 em 31 de dezembro de 2025), incluindo arrendamentos e subarrendamentos com empresas investidas, principalmente com a Transpetro.

O fluxo nominal (não descontado) sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, por vencimento, é apresentado a seguir:

	Consolidado						
Vencimento em	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**2030**	**2031 em diante**	**Total[1]**
Valor nominal em 30 de setembro de 2026	**14.862**	**51.655**	**41.027**	**29.556**	**22.199**	**176.683**	**335.982**

(1) Em 31 de dezembro de 2025, o montante de Fluxo de pagamentos - Futuro Nominal é de R$ 355.731.

Em determinados contratos, há pagamentos variáveis e prazos inferiores a 1 ano que são reconhecidos como despesa:

	Consolidado	
	2026	2025
	Jan-Set	Jan-Set
Pagamentos variáveis	5.411	4.424
Prazo inferior a 1 ano	132	40
Pagamentos variáveis em relação a pagamentos fixos	13%	12%

Em 30 de setembro de 2026, o valor nominal dos contratos de arrendamento ainda não iniciados totaliza R$ 97.946 (R$ 112.009 em 31 de dezembro de 2025).

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial é apresentada na nota explicativa 27.3.1.

26. Patrimônio líquido

26.1. Capital subscrito e integralizado

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o capital subscrito e integralizado está representado conforme quadro abaixo:

	30.09.2026		31.12.2025	
Ações	Valor	Quantidades de ações	Valor	Quantidades de ações
Ordinárias	118.621	7.442.231.382	118.621	7.442.231.382
Preferenciais	86.811	5.446.501.379	86.811	5.446.501.379
Total de ações subscritas e integralizadas	**205.432**	**12.888.732.761**	**205.432**	**12.888.732.761**

As ações preferenciais têm prioridade no caso de reembolso do capital, não asseguram direito de voto e não são conversíveis em ações ordinárias.

26.2. Reservas de lucros

O quadro a seguir demonstra a composição das reservas de lucros:

	Controladora					
	Estatutária					
	Legal	Custeio dos programas de P&D	Incentivos fiscais	Retenção de lucros	Dividendos e JCP adicionais propostos	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2025	**41.086**	**10.272**	**8.289**	**26.185**	**9.145**	**94.977**
Dividendos adicionais aprovados na AGO de 2025	–	–	–	–	(9.145)	(9.145)
Cancelamento das ações em tesouraria	–	–	–	(5.563)	–	(5.563)
Saldo em 30 de setembro de 2025	**41.086**	**10.272**	**8.289**	**20.622**	**–**	**80.269**
Saldos em 1° de janeiro de 2026	**41.086**	**10.272**	**9.104**	**89.528**	**8.072**	**158.062**
Dividendos adicionais aprovados na AGO de 2026	–	–	–	–	(8.072)	(8.072)
Saldo em 30 de setembro de 2026	**41.086**	**10.272**	**9.104**	**89.528**	**–**	**149.990**

Em 29 de janeiro de 2025, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento do total de 155.764.169 ações em tesouraria, sem redução do capital social, sendo 155.541.409 ações preferenciais e 222.760 ações ordinárias, cujos efeitos foram refletidos nas reservas de capital (R$ 7) e de retenção de lucros (R$ 5.563), em contrapartida à conta de ações em tesouraria.

26.3. Outros resultados abrangentes

A composição dos outros resultados abrangentes é detalhada a seguir:

	Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025
Perdas atuariais com planos de benefícios definidos	(41.665)	(41.665)
Resultados não realizados com hedge de fluxo de caixa - exportações	(8.600)	(27.207)
Ajustes de conversão em investidas	98.542	118.862
Outros	(1.005)	(1.020)
Total	**47.272**	**48.970**

26.4. Remuneração aos acionistas

Dividendos e juros sobre o capital próprio (JCP) relativos ao exercício de 2025

Em 16 de abril de 2026, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) aprovou os dividendos e os JCP relativos ao exercício de 2025, no montante de R$ 41.236, correspondendo a R$ 3,19936420 por ação preferencial e ordinária em circulação. Esse valor inclui as antecipações de remuneração aos acionistas, atualizadas monetariamente pela variação da taxa Selic desde a data do pagamento até 31 de dezembro de 2025, no montante de R$ 33.164, e a remuneração complementar de R$ 8.072 que, em 31 de dezembro de 2025, está destacado no patrimônio líquido como dividendo e JCP adicionais propostos.

A remuneração complementar de R$ 8.072, equivalente a R$ 0,62622908 por ação preferencial e ordinária em circulação, foi paga em duas parcelas iguais nos meses de maio e junho de 2026, sob a forma de juros sobre o capital próprio, com atualização pela taxa Selic de 31 de dezembro de 2025 até a data de cada pagamento.

Os JCP da remuneração complementar do exercício de 2025 resultaram em um crédito tributário de imposto de renda e contribuição social de R$ 2.744. Sobre os juros incidiu a retenção de imposto de renda na fonte (IRRF), exceto para os acionistas imunes e isentos, conforme estabelecido na legislação vigente. O benefício fiscal relacionado aos JCP complementares foi reconhecido no segundo trimestre de 2026.

Em 27 de novembro de 2025, foi publicada a Lei nº 15.270/2025, que estabelece a incidência do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) à alíquota de 10% sobre os dividendos distribuídos a uma pessoa física domiciliada no Brasil, quando ultrapassarem R$ 50 mil no mês. A alíquota de 10% também incide sobre dividendos distribuídos ao exterior à pessoa física ou jurídica, independentemente do valor, exceto em situações específicas estabelecidas na legislação. Adicionalmente, a Lei Complementar nº 224/2025 promoveu a elevação da alíquota do IRRF incidente sobre o JCP, de 15% para 17,5%. A incidência da nova tributação sobre os dividendos e da nova alíquota sobre o JCP é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2026.

Antecipação de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) relativos ao exercício de 2026

O Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos e JCP intercalares no montante de R$ 26.410, equivalente a R$ 2,04911534 por ação preferencial e ordinária em circulação, com base nas informações intermediárias do primeiro semestre de 2026, considerando a aplicação da fórmula da Política de Remuneração aos Acionistas, conforme quadro a seguir:

			Controladora	
	Data de aprovação do CA	Data da posição acionária	Valor por ação PN e ON (R$)	Valor
JCP intercalares - 1º trimestre de 2026	11.05.2026	01.06.2026	0,70097272	9.034
Dividendos e JCP intercalares - 2º trimestre de 2026	06.08.2026	21.08.2026	1,34814262	17.376
Total da antecipação da remuneração aos acionistas			**2,04911534**	**26.410**

Os JCP relativos ao primeiro trimestre de 2026 foram pagos em duas parcelas iguais nos meses de agosto e setembro de 2026, e os dividendos e JCP relativos ao segundo trimestre de 2026 serão pagos em duas parcelas iguais de R$ 8.688, nos dias 23 de novembro de 2026 e 21 de dezembro de 2026. Os valores serão atualizados pela taxa Selic, desde a data do efetivo pagamento de cada parcela até o final do exercício social, em 31 de dezembro de 2026, e serão descontados da remuneração que vier a ser distribuída aos acionistas no encerramento do exercício de 2026.

Os juros sobre capital próprio antecipados do exercício de 2026 resultaram em um crédito tributário de imposto de renda e contribuição social de R$ 6.913. Sobre os juros incidiu a retenção de imposto de renda na fonte (IRRF) de 17,5%, exceto para os acionistas imunes e isentos, conforme estabelecido na legislação vigente.

Dividendos e JCP a pagar

Em 30 de setembro de 2026, o saldo de dividendos e JCP a pagar aos acionistas da Petrobras de R$ 15.935 (R$ 11.415 em 31 de dezembro de 2025) corresponde à antecipação de proventos referentes ao segundo trimestre de 2026, líquido de IRRF sobre JCP de R$ 1.441.

	Controladora	
	2026 Jan-Set	2025 Jan-Set
Movimentação do saldo de dividendos e JCP a pagar		
Saldo inicial	11.415	16.334
Adição por deliberação da AGO	8.072	9.145
Adição por deliberação do CA (antecipações)	26.410	20.378
Pagamento	(27.355)	(37.127)
Atualização monetária	773	867
Transferências (dividendos e JCP não reclamados)	(98)	(127)
IRRF sobre JCP e atualização monetária	(3.282)	(1.370)
Saldo final	**15.935**	**8.100**

No período de janeiro a setembro de 2026, a Petrobras realizou os seguintes desembolsos de dividendos e JCP:

Eventos	Data de pagamento	Provento deliberado líquido IRRF	Atualização monetária	IRRF s/ atualização monetária	Dividendos não reclamados	Total pago
Dividendos e JCP do 3º trimestre de 2025 (1)	Fev-Mar/2026	11.415	298	(29)	(49)	11.635
JCP complementares de 2025 (2)	Mai-Jun/2026	7.236	475	(48)	(31)	7.632
JCP intercalares do 1º trimestre de 2026 (3)	Ago-Set/2026	8.106	–	–	(33)	8.073
Pagamentos residuais de dividendos e JCP de exercícios anteriores	Jan-Set/2026	–	–	–	15	15
Total		**26.757**	**773**	**(77)**	**(98)**	**27.355**

(1) Valor bruto deliberado de R$ 12.157, sendo R$ 3.821 de dividendos e R$ 8.336 de JCP, líquido de IRRF sobre JCP de R$ 742 recolhido em 2026.
(2) Valor bruto deliberado de R$ 8.072 de JCP, líquido de IRRF sobre JCP de R$ 836 recolhido em 2026.
(3) Valor bruto deliberado de R$ 9.034 de JCP, líquido de IRRF sobre JCP de R$ 928 recolhido em 2026.

Dividendos e JCP não reclamados

Em 30 de setembro de 2026, o saldo dos dividendos e JCP não reclamados pelos acionistas da Petrobras representa R$ 808 (R$ 1.029 em 31 de dezembro de 2025) registrado em outros passivos circulantes, conforme nota explicativa 17. O pagamento desses dividendos e JCP não foi efetivado, principalmente, pela existência de pendências cadastrais de responsabilidade dos acionistas junto ao banco custodiante das ações da companhia.

	Controladora	
	2026 Jan-Set	2025 Jan-Set
Movimentação dos dividendos e JCP não reclamados		
Saldo inicial	1.029	1.708
Prescrição	(319)	(741)
Transferências (dividendos e JCP a pagar)	98	127
Saldo final	**808**	**1.094**

26.5. Resultado por ação

	Consolidado e Controladora			
	2026		2025	
	Jul-Set	Jan-Set	Jul-Set	Jan-Set
Numerador básico e diluído - Lucro atribuível aos acionistas da Petrobras atribuído igualmente entre as classes de ações				
Lucro líquido do período				
Ordinárias	22.953	72.096	18.885	54.604
Preferenciais	16.797	52.762	13.820	39.962
	39.750	124.858	32.705	94.566
Denominador básico e diluído - Média ponderada da quantidade de ações em circulação (nº de ações)				
Ordinárias	7.442.231.382	7.442.231.382	7.442.231.382	7.442.231.382
Preferenciais	5.446.501.379	5.446.501.379	5.446.501.379	5.446.501.379
	12.888.732.761	12.888.732.761	12.888.732.761	12.888.732.761
Lucro básico e diluído por ação (R$ por ação)				
Ordinárias	3,09	9,69	2,54	7,34
Preferenciais	3,09	9,69	2,54	7,34

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro do período atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação.

O resultado da ação diluído é calculado ajustando o lucro e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações).

Os resultados apurados, básico e diluído, apresentam o mesmo valor por ação em virtude de a Petrobras não possuir ações potenciais.

27. Gerenciamento de riscos financeiros

A Petrobras está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, tais como o risco relacionado aos preços de petróleo e derivados, às taxas cambiais e de juros, risco de crédito e de liquidez. A gestão de riscos corporativos insere-se no compromisso da companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos nos países onde atua.

A companhia apresenta análise de sensibilidade no horizonte de aplicação de 1 ano, com exceção das operações com derivativos de commodities, para as quais é aplicado horizonte de 3 meses, em virtude da característica de curto prazo dessas transações.

Os efeitos dos instrumentos financeiros derivativos e do *hedge accounting* são demonstrados a seguir:

27.1. Demonstração de resultado e demonstração de resultados abrangentes

Resultado

	Consolidado			
	Ganho/(Perda) reconhecido(a) no período		Ganho/(Perda) reconhecido(a) no período	
	2026		2025	
	Jul-Set	Jan-Set	Jul-Set	Jan-Set
Risco cambial				
Cross currency swap - CDI x US$ - 27.3.1 (b)	93	411	100	407
Outros derivativos	–	–	–	(2)
Hedge de fluxo de caixa sobre exportações - 27.3.1 (a)	(1.716)	(5.374)	(2.391)	(9.443)
Risco de taxa de juros				
Swap - IPCA x CDI - 27.3.1 (b)	87	(2)	(109)	(89)
Reconhecido em Resultado financeiro	**(1.536)**	**(4.965)**	**(2.400)**	**(9.127)**
Risco de preço (derivativos de commodities)				
Reconhecido em Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	**(523)**	**(1.250)**	**15**	**74**
Total	**(2.059)**	**(6.215)**	**(2.385)**	**(9.053)**

O efeito no resultado dos derivativos reflete as operações em aberto e as operações encerradas ao longo do período.

Outros resultados abrangentes

	Consolidado			
	Ganho/(Perda) reconhecido(a) no período		Ganho/(Perda) reconhecido(a) no período	
	2026		2025	
	Jul-Set	Jan-Set	Jul-Set	Jan-Set
Hedge accounting				
Hedge de fluxo de caixa sobre exportações - 27.3.1 (a)	1.533	28.192	11.947	67.239
Tributos diferidos sobre o lucro	(521)	(9.585)	(4.062)	(22.861)
Total	**1.012**	**18.607**	**7.885**	**44.378**

27.2. Balanço patrimonial

Ativos e passivos

	Consolidado	
	30.09.2026	31.12.2025
Valor justo da posição Ativa (Passiva)		
Operações com derivativos em aberto	71	(134)
Operações com derivativos encerradas e não liquidadas financeiramente	118	(26)
Total reconhecido no balanço patrimonial	**189**	**(160)**
Outros ativos (nota explicativa 17)	811	563
Outros passivos (nota explicativa 17)	(622)	(723)

PÚBLICA

O detalhamento das posições com derivativos em aberto mantidas pela companhia, que representa sua exposição a riscos, está apresentado a seguir:

	Consolidado					
	Valor nocional		Valor Justo Posição Ativa (Passiva)		Hierarquia do valor justo	Vencimento
	30.09.2026	31.12.2025	30.09.2026	31.12.2025		
Derivativos não designados como *Hedge accounting*						
Risco cambial						
Cross currency swap - CDI x US$ (1)	US$ 488	US$ 488	(269)	(466)	Nível 2	2029
Contrato a termo - Venda/Câmbio (BRL/USD) (1)	(US$ 30)	(US$ 20)	–	(1)	Nível 2	2026
Risco de taxa de juros						
Swap - IPCA X CDI	3.308	3.008	586	293	Nível 2	2029/2034/ 2036
Risco de preço						
Contratos Futuros - petróleo e derivados (2)	(2.587)	(3.045)	(245)	39	Nível 1	2026
Swap - Óleo de Soja - Posição vendida (3)	(5)	–	(1)	–	Nível 2	2026
Opções - Compra/Óleo de Soja - Posição vendida (3)	–	(4)	–	1	Nível 2	2026
Total de operações com derivativos em aberto			**71**	**(134)**		

(1) Valores em US$ (dólares) representam milhões das respectivas moedas.
(2) Valor nocional em mil bbl.
(3) Valor nocional em mil toneladas (operações da controlada PBIO).

Operações com derivativos comerciais exigem garantias, registradas em outros ativos e passivos:

	Consolidado	
	Garantias dadas (recebidas) como colaterais	
	30.09.2026	31.12.2025
Derivativos de commodities	350	278

Patrimônio líquido

	Consolidado	
	Perda acumulada em outros resultados abrangentes	
	30.09.2026	31.12.2025
Hedge accounting		
Hedge de fluxo de caixa sobre exportações - 27.3.1 (a)	(13.030)	(41.222)
Tributos diferidos sobre o lucro	4.430	14.015
Total	**(8.600)**	**(27.207)**

27.3. Risco de mercado

27.3.1. Gerenciamento de risco cambial

a) Hedge de fluxo de caixa envolvendo as exportações futuras da companhia

A companhia utiliza o *hedge accounting* para o risco decorrente das variações cambiais de "exportações futuras altamente prováveis" (item protegido) e as variações cambiais de proporções de certas obrigações em dólares (instrumentos de proteção).

Os valores de referência, a valor presente, dos instrumentos de proteção em 30 de setembro de 2026, além da expectativa de reclassificação para o resultado do saldo da variação cambial acumulada no patrimônio líquido em períodos futuros, tomando como base uma taxa R$/US$ de 5,1809, são apresentados a seguir:

				Valor de referência (a valor presente) dos instrumentos de proteção em 30 de setembro de 2026	
Instrumento de *hedge*	**Objeto de *hedge***	**Tipo de risco protegido**	**Período de proteção**	**US$ milhões**	**R$**
Variações cambiais de proporções de fluxos de caixa de instrumentos financeiros não derivativos	Variações cambiais das exportações mensais futuras altamente prováveis	Cambial - taxa Spot R$ x US$	De out/2026 a set/2036	70.218	363.790

Movimentação do valor de referência (principal e juros)	**US$ milhões**	**R$**
Designação em 31 de dezembro de 2025	72.080	396.615
Novas designações, revogações e redesignações	33.029	169.962
Realização por exportações	(15.334)	(79.032)
Amortização de endividamento	(19.557)	(100.642)
Variação cambial	–	(23.113)
Designação em 30 de setembro de 2026	**70.218**	**363.790**
Valor nominal dos instrumentos de *hedge* (financiamentos e passivos de arrendamento) designados em 30 de setembro de 2026	**90.294**	**467.805**

No período de janeiro a setembro de 2026, foi reconhecido um ganho cambial de R$ 295 referente à inefetividade na linha de variação cambial (ganho cambial de R$ 857 no período de janeiro a setembro de 2025).

As exportações futuras designadas como objetos de proteção nas relações de *hedge* de fluxo de caixa representam, em média 66,12% das exportações futuras altamente prováveis.

A seguir é apresentada a variação cambial acumulada, registrada no patrimônio líquido, a ser realizada pelas exportações futuras:

	2026 Jan-Set	2025 Jan-Set
Saldo inicial	**(41.222)**	**(98.094)**
Reconhecido no patrimônio líquido	22.818	57.796
Transferido para resultado por realização	5.374	9.443
Outros resultados abrangentes	**28.192**	**67.239**
Saldo final	**(13.030)**	**(30.855)**

Alterações das expectativas de realização de preços e volumes de exportação em futuras revisões dos planos de negócios podem vir a determinar necessidade de reclassificações adicionais de variação cambial acumulada no patrimônio líquido para resultado. Uma análise de sensibilidade com preço médio do petróleo Brent mais baixo em US$ 10/barril que o considerado na última revisão do PN 26-30, não indicaria a necessidade de reclassificação da variação cambial registrada no patrimônio líquido para o resultado.

A expectativa anual de realização do saldo de variação cambial acumulada no patrimônio líquido em 30 de setembro de 2026 é demonstrada a seguir:

							Consolidado
	2026	**2027**	**2028**	**2029**	**2030**	**2031 em diante**	**Total**
Expectativa de realização	(2.200)	(8.219)	(4.618)	(3.918)	608	5.317	(13.030)

PÚBLICA

b) Instrumentos financeiros derivativos não designados como *hedge accounting*

A Petrobras contratou em 2019 operações de derivativos com o objetivo de se proteger de exposição decorrente da 1ª série da 7ª emissão de debêntures, com operações de swap de juros IPCA x CDI, com vencimento em setembro de 2029 e setembro de 2034, e operações de cross-currency swap CDI x Dólar, com vencimento em setembro de 2029.

A metodologia utilizada para cálculo do valor justo desta operação de swap consiste em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato e as projeções das curvas de DI, cupom IPCA e cupom cambial, descontando a valor presente pela taxa livre de risco. As curvas são obtidas na Bloomberg com base nos contratos futuros negociados na bolsa.

Em seguida, a marcação a mercado é ajustada ao risco de crédito das instituições financeiras, que não é relevante em volume financeiro, considerando que a companhia utiliza bancos de primeira linha.

Alterações das curvas futuras de juros (CDI) podem trazer impactos no resultado da companhia, em função do valor de mercado desses contratos de swap. Na elaboração da análise de sensibilidade nas curvas futuras de taxa de juros, o choque paralelo nesta curva foi estimado em função do prazo médio de vencimento dos *swaps* e da metodologia sobre o horizonte de aplicação da sensibilidade, citada anteriormente, que resultou em impacto de 560 BP (basis points) na taxa de juros estimada. O efeito desta análise de sensibilidade, mantendo-se todas as demais variáveis constantes, está apresentada na tabela a seguir:

	Consolidado
	Cenário razoavelmente possível
Instrumento	
Swap CDI x US$	(73)

c) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial

As análises de sensibilidade abrangem apenas a variação cambial e mantêm todas as demais variáveis constantes. O cenário considerado provável é referenciado por fonte externa, boletim Focus e Thomson Reuters, com base no câmbio previsto para o fechamento do próximo ano, conforme a seguir:

- Dólar x real - desvalorização do real em 1,53%
- Euro x dólar - valorização do euro em 2,25 %;
- Libra x dólar - valorização da libra em 0,71%;
- Renminbi x dólar – valorização renminbi em 1,59%; e
- Renminbi x real - valorização renminbi em 3,15%;

O cenário razoavelmente possível possui as mesmas referências e considera a desvalorização de 20% do câmbio de fechamento do trimestre (risco) em relação à moeda de referência durante o período analisado à exceção dos saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira de controladas no exterior, quando realizados em moeda equivalente às suas respectivas moedas funcionais.

		Consolidado			
		Exposição		Cenário provável	Cenário razoavelmente possível
Risco	Instrumentos	Em milhões de US$	R$		
Dólar / real	Ativos	4.360	22.589	345	4.518
	Passivos	(115.962)	(600.789)	(9.173)	(120.158)
	Câmbio - cross currency swap	(488)	(2.530)	(39)	(506)
	Hedge de fluxo de caixa sobre exportações	70.218	363.790	5.554	72.758
	Dólar/real	**(41.872)**	**(216.940)**	**(3.313)**	**(43.388)**
Euro / dólar	Ativos	1.220	6.320	142	1.264
	Passivos	(1.855)	(9.609)	(216)	(1.922)
	Euro/dólar	**(635)**	**(3.289)**	**(74)**	**(658)**
Libra / dólar	Ativos	988	5.118	36	1.024
	Passivos	(1.928)	(9.989)	(71)	(1.998)
	Libra/dólar	**(940)**	**(4.871)**	**(35)**	**(974)**
Renminbi / dólar	Ativos	886	4.592	73	918
	Passivos	(1.408)	(7.296)	(116)	(1.459)
	Renminbi/dólar	**(522)**	**(2.704)**	**(43)**	**(541)**
Renminbi / real	Passivos	(1.186)	(6.145)	(193)	(1.229)
	Renminbi/real	**(1.186)**	**(6.145)**	**(193)**	**(1.229)**
Outros (1)	Ativos	7	36	1	7
	Passivos	(52)	(270)	(9)	(53)
	Outros	**(45)**	**(234)**	**(8)**	**(46)**
Total		**(45.200)**	**(234.183)**	**(3.666)**	**(46.836)**

(1) Libra/real, Euro/real e Peso/dólar.

27.3.2. Gerenciamento de risco de preços – petróleo, derivados e outras commodities

A Petrobras tem preferência pela exposição ao ciclo de preços à realização sistemática de proteção das operações de compra ou venda de mercadorias, cujo objetivo seja atender suas necessidades operacionais, com utilização de instrumentos financeiros derivativos. Entretanto, condicionada à análise do ambiente de negócios e das perspectivas de realização do Plano de Negócios, a execução de estratégia de proteção ocasional com derivativos pode ser aplicável.

A companhia, utilizando seus ativos, posições e conhecimento proprietário e de mercado oriundos de suas operações no Brasil e no exterior, busca capturar oportunidades de mercado por meio de compra e venda de petróleo e derivados, as quais podem ocasionalmente ser otimizadas com a utilização de instrumentos derivativos de commodities para gestão do risco de preço, de forma segura e controlada.

Na análise de sensibilidade dos derivativos de commodities, o cenário provável utiliza referências externas à companhia, de amplo uso no apreçamento de cargas no mercado de petróleo, derivados e gás natural, que levam em consideração o preço de fechamento do ativo em 30 de setembro de 2026, e desta forma, considera-se que não há variação do resultado das operações em aberto nesse cenário. O razoavelmente possível reflete o efeito potencial no resultado das operações em aberto, considerando uma variação no preço de fechamento igual a 20%. Para simular os cenários mais desfavoráveis, a variação foi aplicada para cada grupo de produto de acordo com a posição das operações em aberto: queda de preço para posições compradas e alta para posições vendidas.

			Consolidado
			Cenário razoavelmente possível
Risco	Operações	Cenário provável	
Derivativos não designados como *Hedge accounting*			
Petróleo e Derivados - Flutuação dos Preços	Contratos Futuros e a Termo (Swap)	-	(324)
Óleo de soja - Flutuação dos Preços	Contratos Futuros e a Termo (Swap)	-	(8)
Óleo de soja - Flutuação dos Preços	Opções	-	-
Câmbio - Desvalorização do R$ frente ao US$	Contratos a termo	-	(14)
Total		**-**	**(346)**

As posições com derivativos de commodities estão apresentadas na nota explicativa 27.2.

27.3.3. Gerenciamento de risco de taxa de juros

A companhia preferencialmente não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de flutuações das taxas de juros, adotando ações estruturais que levem em consideração os impactos na exposição integrada aos riscos.

Na análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, o cenário provável significa o valor a ser desembolsado pela Petrobras com o pagamento de juros referentes às dívidas com taxa de juros flutuantes em 30 de setembro de 2026. O valor do cenário razoavelmente possível significa o desembolso caso ocorra uma variação de 40% nessas taxas de juros, mantendo-se todas as demais variáveis constantes.

Risco	Cenário provável	Cenário razoavelmente possível
CDI	3.388	4.743
SOFR 3M (1)	433	566
SOFR 6M (1)	399	481
SOFR O/N (1)	203	285
IPCA	641	898
TJLP	300	420
LPR 12M (2)	83	116
TR	22	31
Total	**5.469**	**7.540**

(1) Representa a Secured Overnight Funding Rate.
(2) Loan Prime Rate.

27.4. Gerenciamento de risco de liquidez

A possibilidade de insuficiência de caixa, para liquidar as obrigações nas datas previstas, é gerenciada pela companhia rotineiramente. O risco de liquidez também é mitigado ao se definir parâmetros de referência para a gestão do caixa e das aplicações financeiras e ao analisar periodicamente os riscos do fluxo de caixa projetado, quantificando por meio de simulações de Monte Carlo os seus principais fatores de risco, tais como preço de petróleo, taxa de câmbio, preços internacionais de gasolina e diesel, entre outros. Dessa forma, é possível dimensionar a necessidade de disponibilidades financeiras para a continuidade operacional e a execução do Plano de Negócios.

Nesse contexto, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Petrobras, mesmo que apresentem capital circulante líquido negativo, não comprometem a sua liquidez.

Adicionalmente, a companhia mantém linhas de crédito compromissadas (*revolving credit facilities*) contratadas como reserva de liquidez em situações adversas, conforme nota explicativa 24.5, e avalia regularmente as condições do mercado e pode realizar transações de recompra de seus títulos ou de suas subsidiárias no mercado de capitais internacional, por diversos meios, incluindo ofertas de recompra, resgates de títulos e/ou operações em mercado aberto, desde que estejam em linha com a estratégia de gerenciamento de passivos da companhia, que visa a melhoria do perfil de amortização e do custo da dívida.

Os fluxos de caixa esperados relativos ao endividamento são apresentados nas notas explicativas 24.4 e 25, financiamentos e passivo de arrendamento, respectivamente.

27.5. Gerenciamento de risco de crédito

A política de gestão de risco de crédito visa minimizar a possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras e de contrapartes, mediante análise, concessão e gerenciamento dos créditos, utilizando parâmetros quantitativos e qualitativos adequados a cada um dos segmentos de mercado de atuação.

Em 30 de setembro de 2026, os ativos financeiros de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras não estão vencidos e não têm evidências de perdas de crédito material. Tais ativos possuem valores justos equivalentes que não diferem significativamente de seus valores contábeis.

O efeito das avaliações do risco de crédito das contas a receber de clientes está disponível nas notas explicativas 9.2 e 9.3, que apresentam as perdas de crédito esperadas.

28. Partes relacionadas

A companhia possui uma política de Transações com Partes Relacionadas revisada e aprovada pelo Conselho de Administração, conforme disposto no Estatuto Social da Petrobras.

A política também visa a garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da administração da companhia.

28.1. Transações comerciais por operação com empresas do sistema (controladora)

	30.09.2026			31.12.2025		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo						
Contas a receber (nota explicativa 9.1)	13.122	824	13.946	15.592	924	16.516
Contas a receber, principalmente por vendas	13.021	–	13.021	15.398	–	15.398
Dividendos a receber	69	–	69	160	–	160
Valores vinculados à construção de gasoduto	–	626	626	–	698	698
Outras operações	32	198	230	34	226	260
Pagamentos antecipados (nota explicativa 11)	302	1.641	1.943	86	1.377	1.463
Total	**13.424**	**2.465**	**15.889**	**15.678**	**2.301**	**17.979**
Passivo						
Arrendamentos [1]	(2.314)	(4.660)	(6.974)	(1.271)	(641)	(1.912)
Operações de mútuo	(15.006)	(242.606)	(257.612)	(9.461)	(156.992)	(166.453)
Pré pagamento de exportação	(112.269)	–	(112.269)	(90.471)	(154.263)	(244.734)
Fornecedores (nota explicativa 12)	(8.664)	–	(8.664)	(9.297)	–	(9.297)
Compras de petróleo, derivados e outras	(8.361)	–	(8.361)	(8.579)	–	(8.579)
Afretamento de plataformas	(217)	–	(217)	(204)	–	(204)
Adiantamentos de clientes	(86)	–	(86)	(514)	–	(514)
Total	**(138.253)**	**(247.266)**	**(385.519)**	**(110.500)**	**(311.896)**	**(422.396)**

(1) Inclui valores referentes às operações de arrendamentos e subarrendamentos com empresas do sistema requeridos pelo IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

	2026		2025	
	Jul-Set	Jan-Set	Jul-Set	Jan-Set
Resultado				
Receitas, principalmente de vendas	62.841	164.790	37.523	105.172
Variações monetárias e cambiais líquidas [2]	(2.003)	9.917	4.526	29.314
Receitas (despesas) financeiras líquidas [2]	(8.958)	(25.478)	(8.025)	(24.631)
Total - Receitas (Despesas)	**51.880**	**149.229**	**34.024**	**109.855**

(2) Inclui os valores de R$ 31 de variação cambial ativa e R$ 512 de despesa financeira referentes às operações de arrendamentos e subarrendamentos requeridos pelo IFRS 16 / CPC 06 (R2) (R$ 136 de variação cambial ativa e R$ 261 de despesa financeira para o período de janeiro a setembro de 2025).

28.2. Taxas anuais de operações de mútuo

	Controladora	
	Passivo	
	30.09.2026	31.12.2025
De 3,01 a 4%	(4.591)	-
De 5,01 a 6%	(20.908)	(7.579)
De 6,01 a 7%	(22.874)	(3.136)
De 7,01 a 8%	(91.620)	(80.309)
De 8,01 a 9%	(117.619)	(75.429)
Total	**(257.612)**	**(166.453)**

28.3. Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados (FIDC-NP)

A controladora mantém recursos investidos no FIDC-NP que são destinados, preponderantemente, à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por afiliadas. Os valores investidos estão registrados em contas a receber.

As cessões de direitos creditórios, performados e não performados, estão registradas como financiamentos no passivo circulante e não circulante.

	Controladora	
	30.09.2026	31.12.2025
Contas a receber, líquidas (nota explicativa 9.1)	49.497	54.686
Cessões de direitos creditórios (nota explicativa 24.1)	(52.518)	(58.746)

	2026		2025	
	Jul-Set	Jan-Set	Jul-Set	Jan-Set
Receita financeira FIDC-NP	1.908	5.209	1.914	5.701
Despesa financeira FIDC-NP	(1.891)	(5.226)	(1.745)	(5.680)
Resultado financeiro	**17**	**(17)**	**169**	**21**

28.4. Garantias

A Petrobras tem como procedimento conceder garantias às suas subsidiárias e controladas para algumas operações financeiras realizadas no Brasil e no exterior. As operações financeiras realizadas por estas subsidiárias e garantidas pela Petrobras apresentam o saldo de R$ 82.778 a liquidar em 30 de setembro de 2026 (R$ 97.202 em 31 de dezembro de 2025).

As garantias oferecidas pela Petrobras, principalmente fidejussórias, não remuneradas, são efetuadas com base em cláusulas contratuais que suportam as operações financeiras entre as subsidiárias/controladas e terceiros, garantindo assunção do cumprimento de obrigação de terceiro, caso o devedor original não o faça.

28.5. Transações com empreendimentos em conjunto, coligadas, entidades governamentais e fundos de pensão

A companhia realiza, e espera continuar a realizar, negócios no curso normal de várias transações com seus empreendimentos em conjunto, coligadas, fundos de pensão, bem como com seu acionista controlador, o governo federal brasileiro, que inclui transações com os bancos e outras entidades sob o seu controle, tais como financiamentos e serviços bancários, gestão de ativos e outras.

As transações significativas resultaram nos seguintes saldos:

	Consolidado			
	30.09.2026		31.12.2025	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas				
Empresas do setor petroquímico	1.727	67	184	152
Outros empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	163	125	238	149
Subtotal	**1.890**	**192**	**422**	**301**
Entidades governamentais				
Tesouro Nacional - Títulos públicos federais	4.141	–	3.037	–
Bancos controlados pela União Federal	94.503	23.547	88.187	20.855
Subvenções para comercialização de combustíveis (nota explicativa 28.5.1)	16.415	–	–	–
União Federal [1]	–	6.465	–	4.915
Pré-Sal Petróleo S.A. – PPSA	–	321	–	639
Outros	518	831	1.001	938
Subtotal	**115.577**	**31.164**	**92.225**	**27.347**
Petros	278	1.542	275	1.704
Total	**117.745**	**32.898**	**92.922**	**29.352**
Circulante	28.924	9.200	10.435	7.993
Não circulante	88.821	23.698	82.487	21.359

(1) Inclui valores de dividendos e arrendamentos.

A seguir é apresentado o efeito no resultado das transações significativas:

	Consolidado			
	2026		2025	
	Jul-Set	Jan-Set	Jul-Set	Jan-Set
Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas				
Empresas do setor petroquímico	5.223	16.022	4.282	13.781
Outros empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	(58)	53	51	172
Subtotal	**5.165**	**16.075**	**4.333**	**13.953**
Entidades governamentais				
Tesouro Nacional - Títulos públicos federais	108	271	121	461
Bancos controlados pela União Federal	(31)	(147)	(34)	(554)
Subvenções para comercialização de combustíveis (nota explicativa 28.5.1)	17.228	29.689	–	–
União Federal	(16)	(319)	(6)	(338)
Pré-Sal Petróleo S.A. – PPSA	678	–	(199)	(1.545)
Outros	(385)	(1.278)	(387)	(1.123)
Subtotal	**17.582**	**28.216**	**(505)**	**(3.099)**
Petros	(25)	(75)	(25)	(76)
Total - Receitas (Despesas)	**22.722**	**44.216**	**3.803**	**10.778**
Receitas, principalmente de vendas	5.268	16.116	4.307	13.871
Receitas (despesas) operacionais	17.383	28.321	(582)	(2.667)
Variações monetárias e cambiais líquidas	60	(197)	247	55
Receitas (despesas) financeiras líquidas	11	(24)	(169)	(481)
Total - Receitas (Despesas)	**22.722**	**44.216**	**3.803**	**10.778**

O passivo com planos de pensão dos empregados da companhia geridos pela Fundação Petros, que inclui os instrumentos de dívidas, está apresentado na nota explicativa 14.2.

28.5.1. Subvenção à comercialização de combustíveis no território nacional

Diante do cenário geopolítico no Oriente Médio e seus reflexos nos preços internacionais de petróleo e derivados, a partir de março de 2026, o Governo Federal do Brasil passou a conceder subvenções econômicas à comercialização de óleo diesel de uso rodoviário, GLP e gasolina no território nacional. Essas subvenções têm por objetivo equalizar parte dos custos a que estão sujeitos produtores e importadores, de modo a contribuir para estabilização de preços e oferta dos derivados.

Os valores autorizados e as condições para o recebimento das subvenções são definidos em arcabouço legal e regulatório específico para cada produto e período, tendo a Petrobras aderido aos respectivos programas.

O reconhecimento da receita nas demonstrações financeiras da Petrobras, referente ao programa de subvenção econômica à comercialização de combustíveis, ocorre à medida que os derivados elegíveis são vendidos e entregues aos clientes.

A subvenção reconhecida como receita no resultado do período e os respectivos atos legais são apresentados a seguir:

Derivado	Medida provisória (1)	Período	Descrição da subvenção	Receita bruta de vendas	Encargos de vendas	Receita de vendas
Diesel de uso rodoviário ("A" e "C")	1.340/2026	12/03 a 31/03/2026	R$ 0,32 por litro	740	(68)	672
	1.340/2026	01/04 a 06/04/2026	Até R$ 0,32 por litro	170	(16)	154
	1.340/2026	07/04 a 01/06/2026	Até R$ 1,12 por litro	5.494	(508)	4.986
	1.363/2026	02/06 a 26/09/2026	R$ 1,12 por litro	16.997	(1.572)	15.425
Diesel "A" de uso rodoviário	1.358/2026	01/06 a 30/06/2026	R$ 351,50 por m^3	1.243	(115)	1.128
	1.391/2026	17/09 a 26/09/2026	R$ 1,00 por litro	1.340	(124)	1.216
	1.391/2026	A partir de 27/09/2026	R$ 2,12 por litro	764	(71)	693
GLP importado	1.349/2026	01/04 a 04/08/2026	Até R$ 850,00 por tonelada	58	(5)	53
Gasolina	1.358/2026	29/05 a 09/09/2026	R$ 0,44 por litro	2.883	(267)	2.616
Total				**29.689**	**(2.746)**	**26.943**

(1) Complementadas pelos decretos e portarias vinculados.

No período de janeiro a setembro de 2026, a Petrobras reconheceu recebível referente a subvenção de combustíveis no valor de R$ 29.689, além de uma receita de variação monetária de R$ 44. No mesmo período, foram recebidos R$ 13.318, permanecendo saldo a receber de R$ 16.415 em 30 de setembro de 2026, conforme nota explicativa 9.1.

Em outubro de 2026, foram recebidos R$ 2.788, incluindo R$ 11 de variação monetária, totalizando o valor de R$ 16.106. O saldo remanescente encontra-se em análise pela ANP.

28.6. Remuneração dos membros chave da administração

As remunerações totais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da Petrobras Controladora têm por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, e pelo Ministério de Minas e Energia, sendo apresentadas a seguir:

	Controladora					
	Jan-Set/2026			Jan-Set/2025		
	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Total	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Total
Salários e benefícios	12,1	1,2	13,3	12,0	1,1	13,1
Encargos sociais	3,3	0,2	3,5	3,3	0,2	3,5
Previdência complementar	0,9	-	0,9	1,0	-	1,0
Remuneração variável	12,5	-	12,5	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	0,7	-	0,7
Remuneração total	**28,8**	**1,4**	**30,2**	**17,0**	**1,3**	**18,3**
Remuneração total - pagamento realizado (1)	**27,3**	**1,4**	**28,7**	**27,1**	**1,3**	**28,4**
Número de membros - média mensal no período	8,67	11,00	19,67	9,00	11,00	20,00
Número de membros remunerados - média mensal no período	8,67	8,44	17,11	9,00	9,00	18,00

(1) Inclui, em Diretoria Executiva, parcela da remuneração variável para os Administradores relativa a exercícios anteriores.

No período de janeiro a setembro de 2026, a despesa consolidada com a remuneração total de diretores e conselheiros totalizou R$ 69,74 (R$ 56,33 no período de janeiro a setembro de 2025).

A remuneração dos membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração deve ser considerada à parte do limite global da remuneração fixado para os administradores, ou seja, os valores percebidos não são classificados como remuneração dos administradores.

Os membros do Conselho de Administração que participarem dos Comitês de Auditoria Estatutários renunciam à remuneração de Conselheiro de Administração, conforme estabelece o art. 38, § 8º, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e fizeram jus a uma remuneração total de R$ 1,12 no período de janeiro a setembro de 2026 (R$ 1,33, considerando os encargos sociais). No período de janeiro a setembro de 2025, a remuneração acumulada no período foi de R$ 1,00 (R$ 1,19, considerando os encargos sociais).

Em 16 de abril de 2026, a Assembleia Geral Ordinária fixou a remuneração dos administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) em até R$ 57,22 como limite global de remuneração a ser paga no período compreendido entre abril de 2026 e março de 2027 (R$ 47,57 no período compreendido entre abril de 2025 e março de 2026, fixado em 16 de abril de 2025).

29. Informações complementares à demonstração dos fluxos de caixa

	Consolidado	
	2026 Jan-Set	2025 Jan-Set
Valores pagos durante o período		
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	9.171	6.766
Transações que não envolvem caixa		
Aquisição de imobilizado a prazo	3.028	3.813
Arrendamentos	36.632	58.654
Constituição (reversão) de provisão para desmantelamento de áreas	(2)	34
Utilização de créditos fiscais e depósitos judiciais para pagamento de contingências	458	960
Earnout dos campos de Atapu e Sépia	1.061	621

29.1. Reconciliação da depreciação com demonstração dos fluxos de caixa

	Consolidado	
	2026	2025
	Jan-Set	Jan-Set
Depreciação e depleção no Imobilizado	83.153	74.691
Amortização no Intangível	737	629
	83.890	**75.320**
Depreciação de direito de uso - recuperação de PIS/COFINS	(730)	(715)
Parcela capitalizada da depreciação	(17.015)	(12.288)
Depreciação, depleção e amortização na DFC e na DVA	**66.145**	**62.317**

30. Eventos subsequentes

Resultado do leilão da ANP pelos regimes de partilha e concessão

Em 7 de outubro de 2026, a Petrobras participou do 4º Ciclo de Oferta Permanente de Partilha de Produção e do 6º Ciclo de Oferta Permanente de Concessão, promovidos pela ANP.

No 4º Ciclo, a companhia adquiriu 2 blocos, um na Bacia de Campos e outro na Bacia de Santos, com 100% de participação em ambos. No 6º Ciclo, adquiriu 12 blocos na Bacia de Campos, com 100% de participação, e 7 blocos na Bacia do Ceará, como operadora, com participação de 70%, em parceria com a Qatar Energy Brasil Ltda., que detém os 30% restantes.

O bônus de assinatura relativo aos 21 blocos arrematados nos dois ciclos totaliza R$ 3.219 e será pago até 30 de dezembro de 2026.

Acordos de equalizações referentes às jazidas compartilhadas de Berbigão e Sururu

Em 13 de outubro de 2026, a companhia celebrou com as empresas do consórcio os AEGVs das jazidas de Berbigão, Sururu e dos respectivos ativos compartilhados. Como resultado, a Petrobras terá direito ao recebimento líquido de US$ 859 milhões, conforme detalhado na nota explicativa 18.4.

Remuneração aos acionistas relativa ao terceiro trimestre de 2026

Em 10 de novembro de 2026, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos intercalares de R$ 15.303 (R$ 1,18732774 por ação preferencial e ordinária em circulação), com base nas informações financeiras intermediárias do período findo em 30 de setembro de 2026, considerando a aplicação da fórmula da Política de Remuneração aos Acionistas, conforme quadro a seguir:

			Controladora	
	Data de aprovação	Data da posição acionária	Valor por ação PN e ON (R$)	Valor
Dividendos intercalares [1]	10.11.2026	21.12.2026	1,18732774	15.303
Total dos dividendos intercalares			**1,18732774**	**15.303**

(1) A forma de distribuição dos proventos será definida pela Diretoria Executiva em data futura (dividendos e/ou JCP intercalares).

Esses dividendos serão pagos em duas parcelas iguais, nos dias 22 de fevereiro de 2027 e 22 de março de 2027, sendo contemplados na proposta de remuneração que vier a ser distribuída aos acionistas no encerramento do exercício. Os valores serão atualizados pela taxa Selic desde 31 de dezembro de 2026 até a data do efetivo pagamento de cada parcela.

31. Correlação entre as notas explicativas de 31 de dezembro de 2025 e 30 de setembro de 2026

	Números das notas explicativas	
	Anual	ITR do
Títulos das notas explicativas	de 2025	3T-2026
Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	2	1
Práticas contábeis materiais	3	2
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	8	3
Receita de vendas	9	4
Custos e despesas por natureza	10	5
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	11	6
Resultado financeiro líquido	12	7
Informações por segmento	13	8
Contas a receber	14	9
Estoques	15	10
Pagamentos antecipados	16	11
Fornecedores	17	12
Tributos	18	13
Benefícios a empregados	19	14
Processos judiciais e contingências	20	15
Provisão para desmantelamento de áreas	21	16
Outros ativos e passivos	22	17
Imobilizado	23	18
Intangível	24	19
Redução ao valor recuperável dos ativos (Impairment)	25	20
Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás	26	21
Investimentos	28	22
Vendas de ativos e outras operações com ativos	29	23
Financiamentos	30	24
Arrendamentos	31	25
Patrimônio líquido	32	26
Gerenciamento de riscos	33	27
Partes relacionadas	34	28
Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa	35	29
Eventos subsequentes	36	30

As notas explicativas do relatório anual de 2025, que foram suprimidas no ITR de 30 de setembro de 2026 pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações financeiras intermediárias, são as seguintes:

Títulos das notas explicativas	Números das notas explicativas
A companhia e suas operações	1
Estimativas contábeis e julgamentos relevantes	4
Mudanças climáticas	5
Novas normas e interpretações	6
Gestão de capital	7
Parcerias em atividades de exploração e produção	27

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a presidente e os diretores da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida República do Chile, 65, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob nº 33.000.167/0001-01, declaram que as demonstrações financeiras foram elaboradas nos termos da lei ou do estatuto social e que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as informações financeiras intermediárias da Petrobras do período findo em 30 de setembro de 2026;

(ii) reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no relatório de revisão da KPMG Auditores Independentes Ltda., relativamente às informações financeiras intermediárias da Petrobras do período findo em 30 de setembro de 2026.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2026.

Magda Maria de Regina Chambriard

Presidente

Ricardo Wagner de Araújo

Diretor Executivo de Governança e Conformidade

Angélica Garcia Cobas Laureano

Diretora Executiva de Logística, Comercialização e Mercados

Sylvia Maria Couto dos Anjos

Diretora Executiva de Exploração e Produção

Clarice Coppetti

Diretora Executiva de Assuntos Corporativos

William França da Silva

Diretor Executivo de Processos Industriais e Produtos

Fernando Sabbi Melgarejo

Diretor Executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores

William Vella Nozaki

Diretor Executivo de Transição Energética e Sustentabilidade

Renata Faria Rodrigues Baruzzi Lopes

Diretora Executiva de Engenharia, Tecnologia e Inovação

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
Rio de Janeiro - RJ

Introdução
Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão
Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

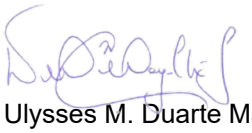
KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado
As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Ulysses M. Duarte Magalhães
Contador CRC RJ-092095/O-8

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.